UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CÂMPUS – PDC
2021 - 2025

PORTO NACIONAL - TO
OUTUBRO – 2022

REALIZAÇÃO
Direção do Câmpus de Porto Nacional
Etiene Fabbrin Pires Oliveira

Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Diretoria de Planejamento e Avaliação
Karina Mosel Paixão Balestra

COLABORADORES
Rayenne Neres Montelo Mendes
Administradora - DIPLAN

Joienita da Silva Carvalho Santos
Administradora - DIPLAN

Profª. Dra. Marisa Souza Neres
Comissão de Elaboração do PDC

Profª. Dra. Nayara Gallieta Borges
Comissão de Elaboração do PDC

Prof. Dr. Ariel Elias do Nascimento
Comissão de Elaboração do PDC

Ivanilson Ferreira Vaz
Administrador - CPN
Comissão de Elaboração do PDC

Prof. Dr. Rodolfo Alves da Luz
Elaboração do Mapa do Câmpus

REVISÃO E EDITORAÇÃO
Prof. Dr. Ariel Elias do Nascimento
Comissão de Elaboração do PDC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F981p Fundação Universidade Federal do Tocantins. Câmpus de Porto Nacional.
Plano de Desenvolvimento do Câmpus – PDC 2021-2025 / Revisão e editoração: Ariel Elias do Nascimento; Colaboradores: Rayenne Neres Montelo Mendes ... [et all]. – Porto Nacional, TO: 2022.
98 p.: il.

Documento elaborado pela Comissão de Elaboração do PDC do Câmpus Universitário de Porto Nacional, 2022.

1.Plano Institucional – Ensino Superior - Brasil 2. Educação – PDI – PDC. 3. Planejamento Estratégico – UFT – Campus de Porto Nacional. I. : Santos, Joienita da Silva Carvalho. III. Neres, Marisa Souza. IV. Borges, Nayara Gallieta. V. Vaz, Ivanilson Ferreira. VI. Luz, Rodolfo Alves da.

CDD 378.981

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquerforma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

LISTA DE SIGLAS

PAT	Plano Anual de Trabalho
PDC	Plano de Desenvolvimento do Câmpus
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
RAE	Reunião de Avaliação da Estratégia
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
CONDIR	Conselho Diretor
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
CONSUNI	Conselho Universitário
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
EAD	Educação à Distância
CPC	Conceito Preliminar de Curso
MEC	Ministério da Educação
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
IGG	Índice Integrado de Governança e Gestão
CGD	Comitê de Governança Digital
CGU	Controladoria Geral da União
NEAMB	Núcleo de Estudos Ambientais
PPGBEC	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
CEPEC	Centro de Pós- graduação, Extensão e Cultura

CENOG	Casa do Estudante do Norte Goiano
UAB	Universidade Aberta do Brasil
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PET	Programa de Educação Tutorial
PROEST	Pró – Reitoria de Assistência Estudantil
UNB	Universidade de Brasília
UNITINS	Universidade do Estado do Tocantins
UFG	Universidade Federal de Goiás
CNE	Conselho Nacional de Educação
COPLAD	Coordenação de Planejamento e Administração
COINFRA	Coordenação de Infraestrutura
CORDAC	Coordenação Acadêmica
DISL	Divisão de Suprimentos e Logística
DIEST	Divisão de Estágio e Assistência Estudantil
DIBID	Divisão de Bibliotecas e Documentação
DGPE	Departamento de Gestão de Pessoas
SEDIR	Setor de Apoio À Direção
SETRAN	Setor de Transporte
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
IFES	Instituição Federal do Ensino Superior
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
NURBA	Núcleo de estudos Urbanos, Regionais e Agrários
NEMAD	Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento

LABGEOP	Laboratório de Geoprocessamento
LASOBIO	Laboratório de Solos e Biogeografia
LGA	Laboratório de Análises Geo-Ambientais
LEGET	Laboratório de Estudos Geo-Territoriais
GEOPLAD	Laboratório de Planejamento e Desenvolvimento
LEGEO	Laboratório de Pesquisas em Metodologias e Práticas de Ensino de Geografia
LEART	Laboratório de Estudos Agrários Regionais e Territoriais
FAFING	Faculdade de Filosofia do Norte Goiano
MEC	Ministério da Educação
LAERI	Laboratório de Ensino em Relações Internacionais
UPE	Universidade de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
TILS	Tradução e Interpretação em Língua de Sinais
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PPGBEC	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação
PPGEE	Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ecótonos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGL	Programa de Pós-Graduação em Letras
PPGHispam	Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas,
LIFE	Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
CDH	Centro de Documentação Histórica
NEDIG	Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero

NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Tocantins
NEAI	Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas
NEUCIDADES	Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades
LABIN	Laboratório de Informática
CPC	Conceito Preliminar de Curso
EAD	Ensino à Distância
CECLLA	Centro de Estudos Continuados em Letras, Linguística e Artes
IGG	Índice Integrado de Governança e Gestão
CGD	Comitê de Governança Digital

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Porto Nacional 41
Quadro 2. Cursos EAD oferecidos no Câmpus de Porto Nacional 41
Quadro 3. Programa de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Câmpus de Porto Nacional 42
Quadro 4. Programa de pós-graduação lato-sensu oferecido no Câmpus de Porto Nacional .. 42
Quadro 5. Número de servidores técnico-administrativos por cargo e titulação..... 43
Quadro 6. Atividades desenvolvidas no Câmpus de Porto Nacional com a participação da sociedade 43
Quadro 7. Objetivos estratégicos do Desaficeclo 1 45
Quadro 8. Objetivos estratégicos do Desafio 2 45
Quadro 9. Objetivos estratégicos do Desafio 3 46
Quadro 10. Objetivos estratégicos do Desafio 4 46
Quadro 11. Objetivos estratégicos do Desafio 5 47
Quadro 12. Estrutura física do Câmpus de Porto Nacional, exceto espaços dos prédios NEAMB I e II 50
Quadro 13. Estrutura física do Câmpus de Porto Nacional - CEPEC 51
Quadro 14. Estrutura física dos prédios NEAMB I e II 52
Quadro 15. Laboratórios do Câmpus de Porto Nacional..... 54
Quadro 16. Dados relativos aos exemplares e títulos da biblioteca do Câmpus de Porto Nacional 56
Quadro 17. Quantitativo de pessoal da biblioteca do Câmpus de Porto Nacional 56
Quadro 18. Coleções do Câmpus de Porto Nacional 60
Quadro 19. Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus de Porto Nacional..... 60
Quadro 20. Pontos fortes do Câmpus de Porto Nacional 69
Quadro 21. Desafios do Câmpus de Porto Nacional 71
Quadro 22. Riscos do Câmpus de Porto Nacional 75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....11
2 PERFIL INSTITUCIONAL.....12
2.1 A Universidade Federal do Tocantins.....12
2.2 O Câmpus de Porto Nacional.....14
2.2.1 Estrutura Organizacional do Câmpus.....15
2.3 Cursos de Graduação.....18
2.3.1 Cursos de Ciências Biológicas.....18
2.3.2 Cursos de Geografia.....19
2.3.3 Curso de História.....20
2.3.4 Curso de Letras (Língua Portuguesa e Língua Inglesa).....22
2.4 Expansão do Câmpus.....24
2.4.1 Curso de Relações Internacionais.....24
2.4.2 Curso de Letras – Libras.....25
2.4.3 Curso de Ciências Sociais.....27
2.5 Programas de Pós-Graduação.....28
2.5.1. Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação – PPGBEC.....28
2.5.2 Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG.....30
2.5.3 Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL.....32
2.5.4 Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – PPGHispam.....36
2.6 Identidade do Câmpus de Porto Nacional.....44
2.6.1 Missão do Câmpus de Porto Nacional.....44
2.6.2 Visão do Câmpus de Porto Nacional.....44
2.6.3 Valores do Câmpus de Porto Nacional.....44
2.6.4 Objetivos estratégicos.....45

3. GOVERNANÇA E MONITORAMENTO 47
3.1 Governança 47
3.2 Monitoramento 48
4. INFRAESTRUTURA 48
4.1 Infraestrutura física 48
4.1.1 Casa do estudante 53
4.2 Infraestrutura acadêmica 53
4.2.1 Laboratórios 53
4.2.2 Biblioteca 55
4.2.3 Coleções 57
1. Coleção de Peixes do Laboratório de Ictiologia Sistemática (UNT) 57
2. Coleção de Entomologia da UFT (CEUFT) 57
3. Coleção do Herbário da UFT (HTO) 58
4. Coleção de Paleontologia (CPALEOUFT) 58
5. Coleção Bibliográfica Carlos Moreira 58
6. Acervo Técnico de Memória Timbira 59
4.2.4 Núcleos 60
4.2.5 Observatórios e Institutos 61
4.2.5.1. Observatório dos Movimentos Sociais do Tocantins - Observa-TO 61
4.2.5.2. Observatório Transdisciplinar sobre Feminismo, Política e Métodos - OUTRAS 62
4.2.5.3. Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais - OPTE 63
4.2.5.4 Instituto Padre Josimo de Pesquisa e Extensão da Amazônia 64
4.3 Sustentabilidade 66
4.3.1 Energia elétrica: 67
4.3.2 Água: 67
5. PONTOS FORTES, DESAFIOS E RISCOS DO CAMPUS 68

ANEXO I.....77
5.1 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional – Eixo 1 77
5.2 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional - Eixo 2.....79
5.3 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional – Eixo 3 83
5.4 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional – Eixo 4 88
5.5 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional – Eixo 5 92
ANEXO II – MAPA DO CÂMPUS DE PORTO NACIONAL 98

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Câmpus de Porto Nacional – PDC Porto Nacional 2021-2025 é o documento norteador das ações do Câmpus de Porto Nacional nos próximos cinco anos, com base no que está descrito e definido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021 – 2025 da UFT.

Seguindo a estrutura do planejamento estratégico, a governança está integrada ao PDC com vistas a garantir uma prestação de serviços de qualidade e uma entrega de valor à sociedade em que o Câmpus está inserido.

Destaca-se que os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS também estão presentes no PDC, sendo relacionados aos desafios e objetivos estratégicos e monitorados por meio do seu relacionamento com os indicadores estratégicos.

O processo de construção do PDC foi realizado em etapas:

1. Organização: estabelecimento da comissão para elaboração do PDC em reunião ordinária do CONDIR. Após ocorreram as etapas de definição da metodologia dos trabalhos, canais de comunicação, agenda de reuniões e discussões
2. Diagnóstico: análise dos cenários interno e externo, destacando os pontos fortes e fracos e realizando o levantamento dos objetivos estratégicos;
3. Construção: utilização das ações do PDI para definição coletiva das ações do Câmpus, além da definição da missão, visão e valores da unidade em conjunto com os colegiados de curso. A proposta foi apresentada em reunião de CONDIR e foi solicitada a colaboração dos colegiados para a construção do PDC;
4. Finalização: organização dos resultados e redação final do documento, com a apresentação e apreciação em reunião ordinária do CONDIR.

É salutar a informação de que as ações e os objetivos estratégicos do Câmpus estão diretamente relacionados aos desafios da universidade apresentados no PDI:

Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica

Desafio 2 – Inclusão social

Desafio 3 – Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo

Desafio 4 – Reconhecimento social

Desafio 5 – Mecanismos de governança pública.

De acordo com os procedimentos realizados para a sua construção, espera-se que o PDC seja o documento norteador e integrador das ações do Câmpus, baseado nos preceitos da

governança, gerenciamento de riscos e sustentabilidade, visando o cumprimento dos objetivos institucionais.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 A Universidade Federal do Tocantins

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins - UNITINS, mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília - UnB competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pro *tempore* da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a UNITINS e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de Câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pro tempore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria nº 002, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós- graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário - CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela lei n°. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já eram ofertados pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos Câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos

poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT que abrangeu os dois Câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

2.2 O Câmpus de Porto Nacional

O município de Porto Nacional está localizado a 66 Km da capital Palmas e possui atualmente cerca de 50 mil habitantes.

Fundado no início do século XIX, Porto Nacional sempre esteve diretamente ligado histórica e culturalmente ao Rio Tocantins. Ao longo daquele século e do século XX, a principal via de acesso era o rio. Embarcações singravam o Tocantins transportando mercadorias entre Porto Nacional e Belém do Pará. Com a construção da rodovia BR-153, nos anos 1970, o fluxo de pessoas e mercadorias passou para a via terrestre.

Os nomes atribuídos à cidade estão relacionados com a situação política vigente no país: Porto Real, quando era Brasil-reino; Porto Imperial, na época do Império e finalmente Porto Nacional, após a Proclamação da República[1].

O município é um dos mais antigos do estado e, desde o início do século XX, destaca-se como um grande centro religioso, educacional e cultural, sendo que duas missões de padres dominicanos franceses foram responsáveis por esse processo; primeiramente na educação e catequização de homens, depois inovando com a vinda de missionárias para educar as mulheres. Pelo censo de 1861, realizado na localidade, constatou que ali havia uma população de 3.897 pessoas livres e 416 escravos, perfazendo um total de 4.313 habitantes. Além do que, o levantamento censitário daquele ano apontou a existência de 3 escolas para alunos do sexo masculino e uma para estudantes do sexo feminino[2].

[1] WIKIPÉDIA A enciclopédia livre. Porto Nacional. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Nacional>. Acesso em 21 de jan. de 2021

[2] PREFEITURA DE PORTO NACIONAL. História. Disponível em <https://www.portonacional.to.gov.br/index.php/historia>. Acesso em 21 de jan. de 2021

2.2.1 Estrutura Organizacional do Câmpus

Atualmente o Câmpus de Porto Nacional conta com 10 cursos de Graduação organizados em sete coordenações de curso: Ciências Biológicas Licenciatura, Ciências Biológicas Bacharelado, Geografia Licenciatura, Geografia Bacharelado, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras Português e suas Literaturas, Licenciatura em Letras Inglês e suas Literaturas, Bacharelado em Ciências Sociais, Bacharelado em Relações Internacionais e Licenciatura em Letras-Libras. Também possui quatro Programas de Pós-Graduação que oferecem o curso de Mestrado *strictu sensu*, sendo eles: Biodiversidade, Ecologia e Conservação, Geografia, Letras e História das Populações Amazônicas. Além destes, oferta também o curso lato-sensu de especialização em Documentação Audiovisual.

Além das 07 (sete) Coordenações de Cursos de Graduação e das 04 Coordenações de Pós-Graduação, a estrutura do Câmpus ainda é composta pelos setores administrativos: Direção de Câmpus; Coordenação de Planejamento e Administração-COPLAD; Coordenação Acadêmica-CORDAC; Coordenação de Infraestrutura-COINFRA; Divisão de Suprimentos e Logística-DISL; Divisão de Estágio e Assistência Estudantil-DIEST; Divisão de Bibliotecas e Documentação-DIBD; Departamento de Gestão de Pessoas-DGPE; Seção de Apoio à Direção-SEDIR; Seção de Transportes-SETRAN; Núcleo de Tecnologia da Informação- NTI; e Setor de Contratos-SECON.

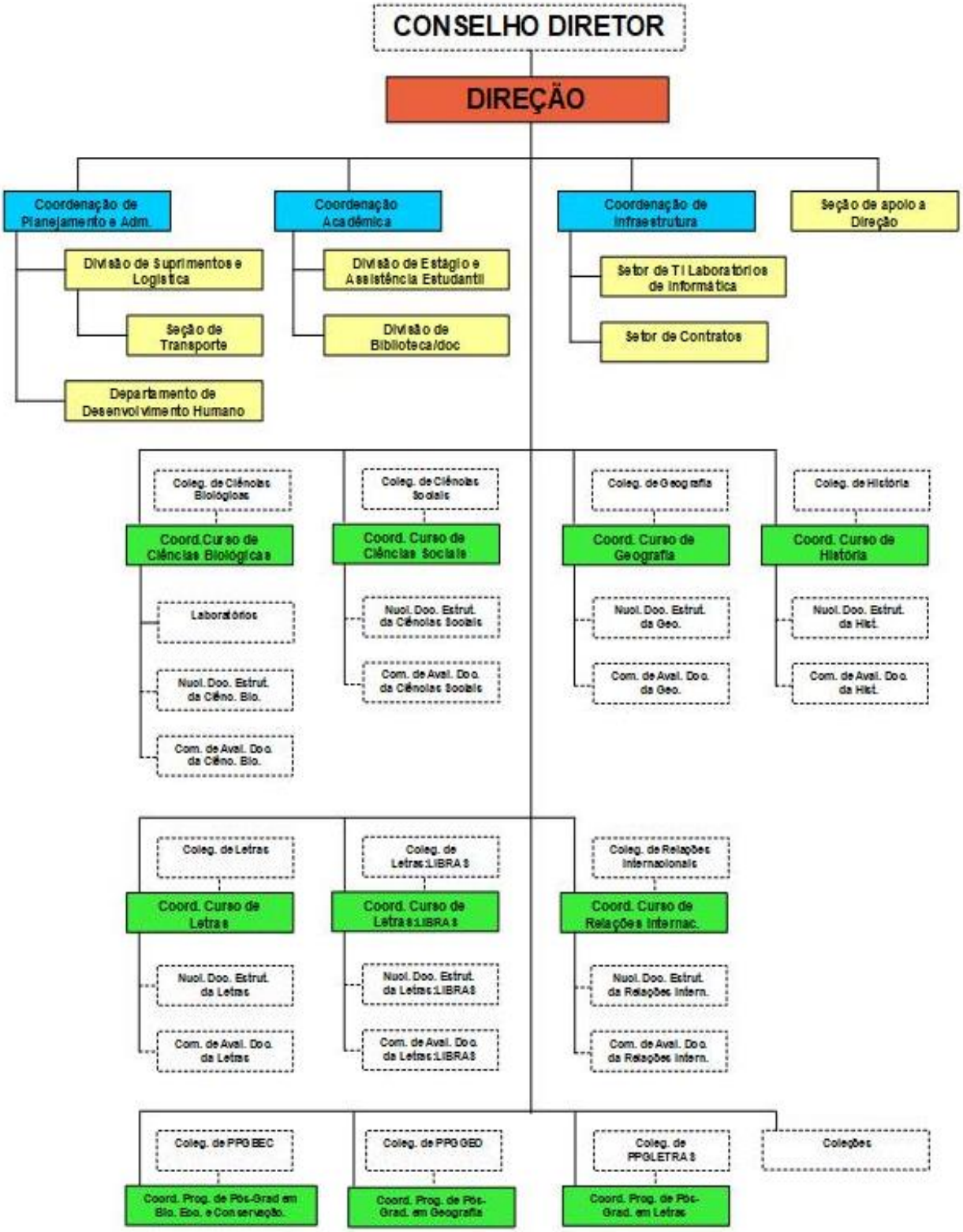
Em 2019, foi realizado o I Seminário de Gestão do Campus de Porto Nacional, com o objetivo de integrar os servidores técnico-administrativos e apresentar à comunidade acadêmica as principais atividades desenvolvidas nos setores administrativos. A partir deste seminário, foi desenvolvido um documento apresentado em reunião de condir, com a descrição das atividades dos setores. Neste Seminário, ficou evidente através das discussões que o organograma do campus não atende ao trabalho administrativo realizado no dia a dia do campus. A partir destas discussões, foi proposta uma comissão para a discussão do organograma.

A Comissão de Readequação da Estrutura Organizacional do Câmpus de Porto Nacional foi criada em fevereiro de 2020 como desdobramento das discussões do I Seminário de Gestão Administrativa do Câmpus de Porto Nacional. Como encaminhamento do evento, a Comissão buscou organizar os fluxos de atividades administrativas, ação interrompida em razão da pandemia do Covid-19, e retomada em agosto de 2022. Desde então, foram realizadas 10 reuniões para discutir o suporte administrativo e a atualização dos fluxos de atividades dos setores à luz da Resolução Consuni nº 29/2018, que dispõe sobre normas e procedimentos para

o processo de organização e inovação da estrutura organizacional. O suporte administrativo, foco do trabalho desta Comissão, encontra-se descrito na Resolução Consuni nº 29/2018.

Em 2022, foi realizado o II Seminário de Gestão de Campus de Porto Nacional, no qual foi apresentada a proposta de um novo organograma, além da previsão de elaboração de fluxos de processos por parte dos setores administrativos.

ORGANOGRAMA DA UFT/CAMPUS DE PORTO NACIONAL



Coordenações

Divisão, departamento, Seção ou Setor.

Conselho ou comissão permanente.

2.3 Cursos de Graduação

Desde a instituição da universidade até o ano de 2012 foram ofertados no Câmpus de Porto Nacional cursos de graduação voltados à formação de professores e bacharelados, sendo eles Ciências Biológicas, Geografia, Letras e História. De acordo com legislações específicas, a oferta de modalidades e opções destes cursos foi se modificando ao longo dos anos

2.3.1 Cursos de Ciências Biológicas

O Curso de Ciências Biológicas - modalidades Licenciatura e Bacharelado em funcionamento desde 1992 na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), foi reconhecido em 1998. Desde então, tem contribuído com o contínuo desenvolvimento do Estado do Tocantins nas áreas de ensino, pesquisa, preservação, saúde e educação.

O primeiro vestibular para o curso realizou-se em 1992 para o período noturno, conforme Parecer de Implantação do Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins de dezembro de 1991 e Decreto de Autorização publicado no Diário Oficial nº 74, de abril de 1993. Em 1994, houve somente abertura de vagas no vestibular para o período diurno integral. Isso ocorreu até 1998, quando foram oferecidas vagas no período diurno integral e noturno. Novamente em 2000, foram oferecidas 40 vagas somente para o período diurno integral.

A partir do segundo semestre de 2001, com a estruturação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) que encampou parte da UNITINS, o Curso de Ciências Biológicas passou a funcionar sob a jurisdição da nova Instituição Federal do Ensino Superior (IFES). Naquela ocasião, foi realizado o primeiro vestibular oferecendo 30 vagas para o período diurno integral (Licenciatura-Bacharelado) e 30 vagas para o período noturno (Licenciatura), sendo que a estrutura curricular foi implantada no sistema de crédito semestral.

No primeiro semestre de 2002 foi realizado o vestibular para a admissão de 60 alunos, conforme critérios utilizados no processo seletivo anterior e que perduram até hoje.

O Curso de Ciências Biológicas no Estado do Tocantins foi criado principalmente para atender a demanda de formação de professores com nível superior para o ensino fundamental e médio do Estado do Tocantins. Neste sentido verificou-se que ao longo da primeira década, após a criação do referido curso, praticamente todos os alunos formados foram absorvidos, pelas redes municipal e estadual de ensino. No entanto, a demanda por profissionais na área de ensino continua alta.

Em 2009, o Curso passou a funcionar com duas grades curriculares, sendo uma entrada de 30 alunos para a modalidade bacharelado e outra também para 30 alunos na modalidade licenciatura, por semestre.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Biológicas - Licenciatura foi aprovado pela Resolução do Conselho Superior de Pesquisa Ensino e Extensão (CONSEPE) nº 05, de 1° de abril de 2009, e o PPC do bacharelado pela Resolução do CONSEPE nº 06 de 1° de abril 2009. Este, porém, precisou adequar a carga horária mínima exigida pelo MEC, sendo aprovado novamente por meio da Resolução CONSEPE nº 024, de 15 de setembro de 2010.

Em 2022, o Curso de Ciências Biológicas conta com vinte e quatro (24) professores efetivos, sendo um (01) mestre e vinte e três (23) doutores, entre eles, sete pós-doutores e dois (02) substitutos (jornada 40 horas). Todos os efetivos têm jornada de trabalho de dedicação exclusiva.

2.3.2 Cursos de Geografia

O curso de graduação em Geografia de Porto Nacional (Habilitação Licenciatura) foi criado pela Lei 4.505/1963, de 12/8/1963, na antiga Faculdade de Filosofia de Porto Nacional, foi aprovado pela Resolução 39/89 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins em 1989 e reconhecido pela Portaria 1784/92 do Ministério da Educação e Cultura em 1992.

A partir do reconhecimento do curso, iniciou-se, entre os docentes e os discentes, debate no sentido de propor alterações na matriz curricular, que visavam a implantação do Bacharelado em Geografia. Em 1991, foi aprovado o projeto de alteração do curso de Geografia, que passou a oferecer, além da Licenciatura, a nova Habilitação. O Bacharelado foi implementado a partir do ano de 1992, na então UNITINS- Universidade Estadual do Tocantins. Dessa maneira, o Curso de Geografia passou a formar profissionais preparados para atuar no ensino da ciência geográfica, bem como nos campos de aplicação dessa ciência no planejamento e na gestão.

Sua autorização decorreu do Decreto 802/1999 de 12/11/1999 e seu reconhecimento derivou do ato CES 133/1999 de 23/9/1999.

Em 2003 deu-se a criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que incorporou a maior parte dos cursos de graduação da UNITINS. Dentre estes, o curso de Geografia, com suas duas habilitações (Licenciatura e Bacharelado).

Nessa trajetória, além do curso de graduação, foram também oferecidos cursos de pós-graduação em nível de especialização, desde 2005 que contribuíram para ampliar as

perspectivas das pesquisas entre os docentes. Ademais, foram também, implementados cursos de extensão universitária em várias áreas da geografia.

Em 2005, por meio da portaria MEC n° 2413, de sete de julho daquele ano, o curso foi dividido em dois, estabelecendo oficialmente os cursos de bacharelado em Geografia e licenciatura em Geografia.

Atualmente (2022), o curso de Geografia conta com 20 professores todos doutores que atuam no ensino, na pesquisa e extensão, através de dois núcleos de pesquisa NURBA – Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários e NEMAD – Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento; e com nove laboratórios: Laboratório de Geoprocessamento-LABGEOP; Laboratório de Solos e Biogeografia – LASOBIO; Laboratório de Análises Geo-Ambientais-LGA; Laboratório de Estudos Geo-Territoriais-LEGET; Laboratório de Cartografia; Laboratório Geografia do Sagrado – GEOSACRO; Laboratório de Pesquisas em Metodologias e Práticas de Ensino de Geografia- LEGEO; Laboratório de Estudos Agrários Regionais e Territoriais – LEART; Laboratório de Geografia do Turismo – LabGeotur; Laboratório de pesquisa Geografia política e usos do território brasileiro –LABUTO.

Essa estrutura de curso possibilitou e vem possibilitando a realização de projetos de pesquisa e extensão, com o envolvimento de bolsista de IC, e apoio das agências de fomento. A UFT Porto Nacional conta também, com um Centro de Formação de Professores e ensino à Distância e do Centro de Capacitação em Cartografia voltado para atividades de extensão.[3]

2.3.3 Curso de História

O Curso de História – licenciatura plena – é oferecido pelo Câmpus de Porto Nacional desde 1985, pertencente inicialmente à Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING) e posteriormente à Universidade do Tocantins (UNITINS) e foi reconhecido pela Portaria MEC nº 1782 em 14/12/1992.

A partir do 2º semestre de 2001, ocorreu uma importante mudança na proposta curricular do curso de História, passando do regime seriado/semestral para o regime de crédito/semestral, propiciando uma maior flexibilidade e a união e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com a implantação de novas disciplinas e a exigência do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

[3] Fonte: PPC.

Com a criação da UFT, o curso de História busca atualmente desenvolver-se a partir de diretrizes condizentes com os princípios dos demais cursos de História das instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do país, invariavelmente normatizadas com as resoluções e pareceres do Ministério da Educação. O principal objetivo do curso é a formação de profissionais capazes de dominar as linhas gerais do processo do conhecimento histórico em suas várias dimensões e interfaces. É atribuição do profissional o conhecimento das principais linhas teóricas que orientam as análises historiográficas e metodológicas da produção da escrita da História. Deve também esse profissional estar capacitado para realizar a articulação entre informações e as teorias de forma crítica, tanto na atividade docente, quanto na da pesquisa de caráter histórico.

O Curso de História com habilitação em licenciatura plena estrutura-se na forma crédito/semestral, contando com oito períodos em seu total (04 anos), considerado o tempo mínimo para o aluno se graduar, e em 07 anos o seu tempo máximo. Partindo do pressuposto de que a universidade possui um compromisso com a sociedade, torna-se imprescindível instrumentalizá-la para que cumpra efetivamente seu papel social, em conformidade com o disposto no Capítulo IV, artigo 43, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, segundo a qual cabe à Universidade "incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, estimular a produção de tecnologia e a criação e difusão da cultura para que a sociedade possa desenvolver todo o seu potencial criativo e produtivo".

A qualificação docente visa, de acordo com o Artigo 43, inciso VII da LDB, à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, o que somente docentes qualificados podem fornecer. Assim, torna-se necessário uma política de qualificação do corpo docente da universidade, ampliando o seu quadro de doutores, para a implantação e/ou expansão de cursos de pós-graduação stricto sensu para atender às demandas regionais. A qualificação busca igualmente contribuir para se alcançar o objetivo de formar um (a) Licenciado (a) em História que saiba avaliar criticamente a própria prática e o contexto em que atua, interagindo cooperativamente com seus pares e com a sociedade a qual pertence. Um profissional com autonomia para tomar decisões e responder pelas opções feitas nas questões que envolvem o seu trabalho. Isto supõe um domínio pleno dos conceitos e paradigmas do conhecimento histórico e de suas práticas de produção e difusão.

Atualmente (2022), o Curso de História conta com vinte (20) professores efetivos com jornada de trabalho de dedicação exclusiva, sendo todos doutores e três (03) com pós-doutorado.

2.3.4 Curso de Letras (Língua Portuguesa e Língua Inglesa)

O Curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional foi implantado em 1985, quando ainda funcionava a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, autorizado pelo Decreto nº 91.365 de 21 de junho de 1985 (Doc. nº 8.) e reconhecido pela Portaria do MEC, nº 1.367 de 16 de junho de 1992 (Doc. nº 9). Com a criação da UNITINS, em 21 de fevereiro de 1990, o curso passou a integrar a instituição autarquizada. O reconhecimento do curso foi oficializado pelo parecer do Conselho Federal de Educação nº 423/92, em Licenciatura Plena, com habilitação em Português e Inglês e respectivas Literaturas, sendo ministrado pela Faculdade de Filosofia de Porto Nacional.

Devido à necessidade de melhoria do ensino e da graduação e, consequentemente, de suas futuras profissionalizações no ensino dos então 1º e 2º graus, foi emergencial que o curso propiciasse aos alunos oportunidades múltiplas de aprofundamento nas diversas manifestações da linguagem e da produção literária. Para que este objetivo fosse alcançado, fez-se necessária a introdução de alterações e inovações na Estrutura Curricular da Licenciatura oferecida pelo curso de Letras - Licenciatura Plena, com habilitação em Português e Inglês e respectivas Literaturas, com a implantação da Licenciatura com duas habilitações, em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas literaturas, visando à restauração e ao aprofundamento dos objetivos do curso, pela implementação de maior densidade aos conteúdos ministrados e pela integração entre as diversas disciplinas. Foi proposto ainda o oferecimento de disciplinas optativas. Com as alterações realizadas, o curso passou a ser direcionado aos anseios do alunado.

O regime anual, como todos os demais cursos da Universidade, foi substituído pelo regime semestral, conforme Resolução nº 001/98, da Reitoria. Como já exposto, institui-se a criação da UFT, pela Lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000, com sua sede e foro em Palmas, por meio do processo de encampação dos cursos da UNITINS. Pelo decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002, ficou a cargo da UnB a responsabilidade de, no prazo de um ano, organizar a implantação da UFT. Através de um acordo firmado, em 17 de julho de 2002, entre UFT, o Estado do Tocantins e a UNITINS, o processo de federalização começou a ser efetivado. O primeiro concurso público realizado em maio de 2003, marco de implantação da UFT, previa 16 vagas para docentes mestres e doutores para atuarem no Curso de Letras. Esse projeto se distanciava do ideal para o curso. Hoje, configura-se um novo momento, com ampliação do

quadro permanente de docentes, para atender às demandas existentes e suprir as exigências no setor educacional.

Diante dessa realidade, neste Projeto Pedagógico, definiu-se um Curso de Licenciatura em Letras de habilitação simples: uma para Língua Portuguesa e outra para Língua Inglesa, ambas com suas respectivas Literaturas, com uma estrutura composta por componentes curriculares. Naquele momento entendemos que era premente a necessidade do Curso de Espanhol, pois era uma das prerrogativas do Mercosul, sendo prevista na legislação brasileira, após o governo federal ter aprovado a Lei 11.161/05, de 5 de agosto de 2005, a obrigatoriedade do 18 ensino da língua espanhola nos currículos do ensino médio.

Os caminhos de construção do PPC do Curso haviam sido pavimentados, já que o Curso fora aprovado no Colegiado e no Conselho Diretor, e encaminhado ao CONSEPE. Pensávamos que seria um passo importante ofertarmos o Curso de Espanhol, ainda para atender às necessidades locais e estadual. Assim, o colegiado do curso tem trabalhado para que, no futuro, seja possível a implantação de uma habilitação de Letras/Espanhol.

O Curso de Licenciatura em Letras, a partir do ano de 2009, ofereceu 80 vagas anualmente. O processo seletivo do vestibular para o Curso de Letras foi realizado com duas entradas semestrais por turno, contempladas as habilitações de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa e respectivas Literaturas, distribuídas em 40 vagas semestrais. O Curso de Licenciatura em Letras, com habilitações distintas, foi organizado em núcleos: comum, de formação específica obrigatória, de formação complementar e de componentes curriculares eletivos. Os discentes, inicialmente, cursam disciplinas comuns até o segundo semestre. A partir do terceiro, devem fazer opção por uma das habilitações oferecidas, o que defendemos que garante saberes, competências e habilidades mais densos para uma prática profissional eficiente. Tal proposta justificava-se por atender ao perfil de uma instituição pública referenciada socialmente. O Curso de Licenciatura em Letras alinhava-se a uma nova perspectiva epistemológica, pedagógica, tecnológica e social, com habilitações distintas a partir do terceiro semestre sobrepondo-se qualitativamente por meio de matrizes definidas por componentes curriculares flexíveis, entrelaçados de forma dialógica, transversal, interdisciplinar e transdisciplinar. [4]

O Curso de Letras é composto por vinte e dois (22) professores efetivos e dois (02) substitutos. Do total de vinte e quatro (24), dois (02) são mestres e vinte e dois (22) são doutores, havendo ainda entre eles quatro (04) docentes com pós-doutorado.

[4] (Fonte: PPC 2018)

2.4 Expansão do Câmpus

Denominamos expansão do Câmpus o momento em que cursos foram adicionados à oferta, que ocorreu em 2013. A expansão foi idealizada e realizada seguindo uma proposta de oferta de novo curso a partir do corpo docente e técnico já presente no Câmpus, além de infraestrutura física já disponível, prevendo contratação e aumento de estrutura física nos anos subsequentes. Estas propostas compuseram uma pesquisa de opinião organizada pela direção de Câmpus que foi realizada no município de Porto Nacional e municípios circunvizinhos.

Para discutir a expansão do Câmpus, constituiu-se uma Comissão Especial por Ato da Direção nº 007/2012, com a finalidade de elaborar estratégias e metodologias que subsidiassem as propostas de ampliação da oferta de cursos.

Aprovada a proposta da Comissão Especial pelo Conselho Diretor, solicitou-se aos coordenadores dos cursos de Biologia, Geografia, História e Letras, a realização de reuniões colegiadas para, após debater os pressupostos do MEC (sobretudo em aspectos referentes à otimização de recursos humanos, infraestrutura, acervo bibliográfico e diálogo com a sociedade civil), avaliar realisticamente a expansão do Câmpus e, por conseguinte, indicar três novos cursos em ordem de prioridade.

2.4.1 Curso de Relações Internacionais

O Bacharelado em Relações Internacionais foi criado por meio do Plano de Expansão do Câmpus de Porto Nacional, em conformidade com a proposta do Ministério da Educação (MEC) de ampliação da oferta em Câmpus com menos de cinco cursos de graduação em funcionamento.

Reunido o Colegiado do Curso de História em 27 de março de 2012, os docentes indicaram, através de voto, o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais como de primeira prioridade e, em seguida, formou-se uma Comissão de Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

A elaboração deste PPC inicialmente obedeceu ao Roteiro de Elaboração de Propostas de Novos Cursos 2013, proposto pela Comissão Especial, a fim de subsidiar, com elementos e aspectos essenciais e inerentes a um PPC, os membros do Conselho Diretor, a fim de que, suficientemente munidos de dados e informações, determinassem os cursos prioritários para a expansão do Câmpus de Porto Nacional.

Em 19 de novembro de 2013, o Conselho Universitário (CONSUNI), por meio da Resolução No 15/2013, aprovou a criação do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, com sede no Câmpus de Porto Nacional. Entre esse período e o primeiro semestre do ano seguinte, houve a elaboração e conclusão do PPC do Bacharelado em Relações Internacionais, com a sua aprovação pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em 14 de agosto de 2014.

Por fim, em maio de 2015, deu-se início ao curso de Relações Internacionais com o ingresso da primeira turma de discentes. Desde então, o curso proporcionou a atuação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. No segundo semestre de 2019, teve concluído seu processo de reconhecimento com nota 4 (quatro).

Atualmente (2022) o curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Câmpus de Porto Nacional é composto por 13 professores(as), sendo 01 mestre e 12 doutores(as) e dispõe do Laboratório de Ensino em Relações Internacionais (LAERI) que tem como suas atividades-fim, a elaboração, desenvolvimento e conclusão de projetos de pesquisa e extensão conduzidos no interior das linhas de pesquisa e extensão fixadas pelo Projeto Pedagógico e que orientam o conjunto das atividades acadêmicas desenvolvidas pelo curso.[5]

2.4.2 Curso de Letras – Libras

A implementação do Curso de Letras: Libras na UFT coaduna-se com os objetivos e missão da Universidade e fundamenta-se no atendimento às demandas oriundas da legislação vigente no que se refere à formação de professores de Libras em nível superior, inclusão social dos surdos, e à implementação de políticas linguísticas, educacionais e de acessibilidade envolvendo os surdos brasileiros.

O curso nasceu a partir do incentivo do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, lançado no dia 17 de novembro de 2011 (Decreto nº 7.612), com o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações em benefício das pessoas com deficiência.[6]

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras: Libras começou a ser elaborado em 2013 e contou com a colaboração de docentes do curso de Letras. Formaram o grupo de trabalho inicial as professoras Juscéia Aparecida Veiga Garbelini, Kátia Rose Oliveira de Pinho e Márcia Sueli

[5] Fonte: https://ww2.UFT.edu.br/index.php/relacoes-internacionais?view=default
[6] (fonte: https://ww2.UFT.edu.br/index.php/letras-libras/historico)

Pereira da Silva Schneider com consultoria das Professoras Ana Regina Campello, da UFRJ/FENEIS; Emeli Marques e Aline Lima, do INES, além das contribuições da Vice-Reitora da UFT, Prof.ª Doutora Isabel Auler, do Prof. Dr. Luiz Albérico Falcão, da Universidade de Pernambuco – UPE e do Prof. Dr. João Marcelo Teixeira, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

O Curso de Letras: Libras, habilitação Licenciatura, teve seu funcionamento previsto para o primeiro semestre letivo do ano de 2015, no Câmpus de Porto Nacional. Na ocasião, o Curso ofertou trinta (30) vagas semestrais na modalidade presencial no turno matutino, foi prevista a implantação da habilitação Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua de Sinais –TILS, que também deveria ofertar trinta (30) vagas. Para garantir a qualidade e o pleno funcionamento de ambas as habilitações do Curso de Letras: Libras, o ingresso de turma seria de maneira alternada, isto é, a cada semestre seria oferecida uma habilitação.

A forma de ingresso dos candidatos seria através do vestibular acessível aos surdos e deficientes auditivos, com Teste de Habilidade Específica –THE em Libras, associado ao procedimento de seleção adotado atualmente pela Universidade Federal do Tocantins - UFT

Consoante a proposta apresentada, o Curso, na habilitação Licenciatura em Libras, integraliza duas mil novecentos e quarenta horas (2.940h), com duração mínima de oito (08) semestres e tempo máximo de doze (12) semestres para integralização completa dos créditos. Seguindo, pois, as diretrizes curriculares para a formação de professores do ensino fundamental II e ensino médio. O Curso objetiva a produção e a democratização de conhecimentos na área de ensino da Libras e concede Diploma de Licenciado em Letras: Libras, com habilitação para o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras como primeira e segunda língua. A fim de fazer convergir para formação de excelência profissional, a estrutura curricular apresenta - se flexível, contemplando a área de formação básica e a área de formação específica cujo rol de disciplinas optativas possibilita ampliar conhecimentos e garantir a qualidade da formação profissional dos acadêmicos, extrapolando, consequentemente, a carga horária mínima prevista na Resolução do CNE.

Atualmente (2022) o Curso de Letras: Libras tem dezessete (17) professores(as) efetivos(as), sendo treze (13) mestres(as) e cinco (05) doutores(as), atuando em regime de dedicação exclusiva. Há também uma (01) professora substituta com titulação de mestrado que possui jornada de 40 horas semanais.

2.4.3 Curso de Ciências Sociais

O curso de Ciências Sociais foi oferecido no Câmpus a partir de 2015/1, sendo que primeiramente foi estabelecido no Câmpus de Tocantinópolis, e a partir de uma discussão acadêmica no colegiado do curso, foi proposto a oferta de Licenciatura e Bacharelado, sendo este último para o Câmpus de Porto Nacional. Segundo consta no Projeto Político Pedagógico do curso,

> Em termos técnicos essa possibilidade se concretiza com a supressão de um dos vestibulares do curso de licenciatura do Câmpus de Tocantinópolis (já ocorrida em 2014/2), e o deslocamento de um dos processos seletivos para o curso de bacharelado, continuando assim com o mesmo quantitativo de alunos nas Ciências Sociais da UFT, assim distribuídos: 40 (quarenta) discentes no curso de licenciatura e 40 (quarenta) discentes no curso de bacharelado. Assim, a partir de 2015/1 foram oferecidos dois vestibulares anuais: um para o curso de licenciatura em Ciências Sociais, Câmpus de Tocantinópolis; outro para o curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Câmpus de Porto Nacional. O remanejamento de um dos vestibulares para o curso de bacharelado, permitiu a redução paulatina do quantitativo de disciplinas na licenciatura, propiciando a também paulatina migração dos professores para o curso de bacharelado.

Todo o processo de vinda deste curso para o Câmpus está descrito no PPC. A proposta do curso foi apresentada no dia 19 de junho de 2013 no Câmpus de Porto Nacional, em reunião do Conselho Diretor. Como último estágio de aprovação, a proposta foi encaminhada ao CONSUNI, o Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que aprovou em reunião ordinária realizada 26/02/2014 a criação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais no Câmpus de Porto Nacional e a reformulação da Licenciatura na área no Câmpus de Tocantinópolis. De acordo com o PPC do curso, este Projeto Político Pedagógico é, portanto, resultado de todo esse esforço coletivo mobilizado no sentido de fortalecer a Ciências Sociais no Estado do Tocantins.

Hoje (2022), o Curso de Ciências Sociais possui em seu corpo docente nove (09) professores(as) efetivos(as), sendo a maioria doutores(as), inclusive 02 deles com pós-doutorado, e apenas um (01) com titulação de mestre. Todos atuam em regime de dedicação exclusiva nos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão. Há ainda uma (01) professora substituta também com doutorado que exerce carga horária de 40 horas semanais.

2.5 Programas de Pós-Graduação

2.5.1. Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação – PPGBEC

O Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação (PPGBEC) se propõe a desenvolver atividades de ensino e pesquisa unificando temas de biodiversidade, ecologia e conservação, como meio de fortalecer discussões relacionadas ao conhecimento, manejo e conservação da biodiversidade na região Norte do país. A proposta se alinha à necessidade de formar recursos humanos aptos a atuar em atividades de pesquisa, ensino e extensão, num contexto em que os ecossistemas regionais e recursos naturais encontram-se severamente ameaçados por atividades humanas de baixa sustentabilidade, como a expansão do agronegócio e das barragens hidrelétricas. O PPGBEC representa, portanto, um importante eixo regional formador de profissionais aptos a se engajar em programas de conservação e manejo da biodiversidade, trabalhando na implementação de ações de desenvolvimento social com embasamento sustentável.

A organização administrativa do PPGBEC inclui o coordenador, a secretária acadêmica, o representante discente e a Comissão Coordenadora do Curso. Essa Comissão, que delibera sobre todos os assuntos administrativos e acadêmicos, é formada pelo coordenador, pelo representante discente e mais três professores do curso. Desde sua criação em 2008, a coordenação procura manter reuniões mensais da Comissão Coordenadora. A coordenação também tem marcado reuniões de colegiado, envolvendo todos os docentes do curso, com frequência semestral. Todas as atas das reuniões encontram-se arquivadas na secretaria do curso. O coordenador atual do curso é o prof. Dr. Fabyano Alvares Cardoso Lopes, que substituiu o prof. prof. Tiago Kutter Krolow (2019-2021), e o vice coordenador é o prof. Fernando Mayer Pelicice.

O curso de Mestrado tem duração de dois anos, com início das atividades no mês de março. O processo seletivo é anual e acontece por meio de Edital específico. O PPGBEC tem recebido constante demanda de candidatos desde sua criação, entre 15 e 30 candidatos por processo seletivo. O curso tem constituído turmas regularmente em todos os anos. Vale ressaltar que as turmas são formadas por discentes oriundos de cursos de graduação da própria UFT, assim como de outras instituições e Estados.

O corpo docente do PPGBEC é formado principalmente por professores da Universidade Federal do Tocantins, mas conta também com docentes de outras instituições.

Seus projetos de pesquisa e produção científica envolvem diferentes temas em ecologia e conservação, mas as áreas fortes do PPGBEC são: ornitologia, herpetologia, ictiologia, entomologia, microbiologia, paleontologia, ecofisiologia e botânica.

As primeiras defesas do PPGBEC ocorreram em 2010, e até o fim de 2021, o curso havia titulado 126 mestres nas diferentes linhas do PPG. As dissertações têm abordado assuntos de biologia, ecologia e conservação da biodiversidade, principalmente em ecossistemas terrestres e aquáticos do Domínio Cerrado. Ao concluírem o mestrado, os discentes têm sido absorvidos pelo mercado de trabalho para atuarem, sobretudo, em atividades de ensino, administração/gestão, trabalhos técnicos e de pesquisa, ou ingressaram em cursos de doutorado em outros PPGs. Em 2022, o curso conta com 19 alunos matriculados.

Breve histórico

O Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação (PPGBEC), nível mestrado, foi implementado em 2015 a partir da reformulação do Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ecótonos (PPGEE). Criado em 2008, o PPGEE foi o primeiro programa de mestrado da Universidade Federal do Tocantins criado no Câmpus de Porto Nacional, e o primeiro curso de PPG em ecologia e conservação no Estado do Tocantins. O curso teve como primeiro coordenador o Prof. Dr. Paulo Henrique Franco Lucinda, e a primeira turma, titulada em 2010, contou com 7 alunos. A sede do curso encontra-se no Câmpus de Porto Nacional, Tocantins.

A proposta inicial do PPGEE era capacitar mão-de-obra qualificada para atuar na docência, pesquisa e extensão em ecossistemas de fronteira (áreas ecotonais), uma vez que o Domínio Cerrado apresenta zonas de transição com a Floresta Atlântica, a Caatinga e a Floresta Amazônica. A proposta se embasou num contexto de ecossistemas de fronteira, uma ideia inovadora para a região Norte do Brasil. O curso tinha uma área de concentração (Biologia e Conservação de Regiões Ecotonais) e três linhas de pesquisa (1. Diversidade Animal e Vegetal; 2. Ecologia de Populações e Comunidades; 3. Conservação e Manejo de Áreas Ecotonais). Assim, as linhas de pesquisas propostas para o programa fomentavam estudos em regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros, principalmente na área de abrangência da Bacia do Araguaia-Tocantins. Essas linhas de pesquisa permaneceram ativas até junho de 2017, quando ocorreu a titulação da última discente do PPGEE.

No ano de 2015, o curso passou por reestruturação, inclusive sugerida pela CAPES, visto que a estrutura anterior (e.g., Área de Concentração e Linhas de Pesquisa) limitava a atuação de alguns professores. Com isso, foram realizadas alterações no nome e estrutura do

Programa, que passou a se chamar Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação – PPGBEC. Essa reestruturação foi realizada com o intuito de ampliar a área de atuação do PPG, abrindo a possibilidade de criação de novas linhas de pesquisa e o ingresso de novos docentes, além de se tornar mais atrativo para novos discentes. Todas as mudanças foram homologadas pela CAPES. Com a criação do PPGBEC, o curso passou a ter duas áreas de concentração: 1) Biodiversidade e 2) Ecologia e Conservação; e três linhas de pesquisa: a) Biologia e Diversidade; b) Conservação e Manejo; c) Ecologia de populações e comunidades. As linhas de pesquisa propostas têm como objetivo fomentar estudos principalmente em ecossistemas da região Norte, como os Domínios Cerrado e Amazônico, e a bacia dos rios Araguaia-Tocantins.

No ano de 2019, o curso recebeu a visita do consultor da CAPES (prof. Leandro Freitas, pesquisador do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro). O objetivo da visita foi analisar a estrutura e desempenho do curso para, assim, prover orientação e sugerir ajustes. Uma das principais recomendações foi a unificação das Áreas de Concentração, com ajustes no quadro de disciplinas obrigatórias. Essas recomendações foram implementadas em 2020, quando o curso passou a ter uma única Área de Concentração – Biodiversidade, Ecologia e Conservação –, com três linhas de pesquisa: a) Biologia e Diversidade; b) Conservação e Manejo; c) Ecologia de populações e comunidade e apenas três disciplinas obrigatórias. Esse é o formato atual do curso.

2.5.2 Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (PPGG), curso de mestrado acadêmico, tem como área de concentração "Dinâmica Geoterritorial e Geoambiental" e três linhas de pesquisa. As linhas de pesquisas compreendem:

a) Análise e Gestão Geo-Ambiental: Esta linha de pesquisa vai ancorar os estudos e pesquisas na área do meio ambiente, na qual se articulam os processos da natureza e as ações e práticas sociais. Assim, desenvolverá pesquisas em climatologia geográfica, processos geomorfológicos e geológicos, geoecologia e estudos da paisagem, estudos e ensino sobre os solos, estudos dos ecossistemas e biomas existentes no país, todos sob a ótica Geo-Ambiental e de suas respectivas gestões.
b) Estudos Geo-territoriais: Nesta linha de pesquisa se analisa, num contexto de interação entre as múltiplas dimensões do território e do espaço, as dinâmicas

agrárias e urbanas, os processos de regionalização e a dimensão cultural do espaço, destacando a abordagem das formas, dos processos e das estruturas territoriais e espaciais criadas pela ação humana no agrário, no urbano e no regional, bem como a dimensão da cultura na dinâmica Geo-Territorial e Geo-Espacial.

c) Ensino de Geografia: Nesta linha de pesquisa busca-se destacar a Geografia na dimensão do ensino e propõe-se debater a Geografia no contexto da educação escolar, a formação de professores, a relação entre Geografia e educação formal e não-formal, a relação ensino-aprendizagem na Geografia, cultura-arte-memória-imaginário no ensino da Geografia, tecnologias e práticas pedagógicas, ensino de Geografia e Educação Ambiental, bem como as categorias geográficas na relação do ensino-aprendizagem.

A criação do PPGG está diretamente relacionada às transformações vivenciadas pelos cursos de pós-graduação no Brasil, que foram marcadamente apoiadas pelas políticas públicas de criação de novos cursos e de expansão do Ensino Superior.

Em junho de 2010 uma equipe de docentes do Câmpus de Porto Nacional da UFT elaborou e apresentou o projeto de criação do Programa de Pós-graduação em Geografia, nível mestrado acadêmico. O projeto se viabilizou, sobretudo, pela sistematização realizada pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da Universidade de São Paulo (USP), cujo apoio foi proporcionado por meio do programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS/Capes).

A proposta de criação do PPGG passou por alguns ajustes, tendo sido posteriormente aprovada. O curso recebeu a portaria de funcionamento em 2011, e, desde então, o PPGG vem realizando com regularidade seleções anuais para ingresso de novos alunos.

A missão da UFT de “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimentos com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal” tem sido, desde a criação do PPGG, um elemento norteador das ações do Programa, em sua busca permanente de contribuir com a consolidação da UFT como espaço de expressão democrática e cultural e como instituição reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa direcionada ao desenvolvimento regional.

O Programa de Pós-Graduação em Geografia tem regime letivo semestral e abrange disciplinas, atividades complementares, defesa de projeto, exame de qualificação e defesa de dissertação de Mestrado.

O curso está organizado para ser realizado em 24 meses para integralização de todas as atividades.

O/A candidato/a ao Mestrado em Geografia pelo PPGG deverá cumprir 28 (vinte oito) créditos no total, sendo: 6 (seis) créditos com uma disciplina obrigatória ofertada pelo PPGG, 12 (doze) créditos em disciplinas eletivas, 5 créditos na Dissertação e 5 créditos de Atividades Acadêmicas. [7]

2.5.3 Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL

O Programa de Pós-graduação em Letras (UFT) nasceu do Curso de Letras do *campus* de Porto Nacional que foi implantado em 1985, quando ainda funcionava a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, autorizado pelo Decreto nº 91.365 de 21-06-85 (Doc. nº 8.) e reconhecido pela Portaria do MEC, nº 1.367 de 16/06/92 (Doc. nº 9). Com a criação da Universidade do Tocantins – UNITINS em 21-02-1990, o curso passou a integrar a instituição autarquizada. O reconhecimento do Curso foi oficializado pelo parecer do Conselho Federal de Educação nº 423/92, em Licenciatura Plena, com habilitação em Português e Inglês e respectivas Literaturas, sendo ministrado pela Faculdade de Filosofia de Porto Nacional.

O Curso de Letras é estruturado em quatro anos, dividido em duas habilitações, a partir do terceiro período: Língua Portuguesa e Literaturas, Língua Inglesa e Literaturas. As disciplinas optativas surgiram como meio para ampliar e complementar o conhecimento do discente e da discente ao longo do Curso. Com as duas habilitações, o Curso passou a oferecer uma licenciatura mais específica para os alunos. Após a reformulação do curso, a qualidade melhorou significativamente. Com efeito, na última avaliação do MEC o curso de Letras de Porto Nacional obteve a nota 4 na avaliação.

Atualmente, o curso de Letras também oferece Letras (Língua Portuguesa e Literaturas) e Letras (Língua Inglesa e Literaturas), esta última ofertada pelo PARFOR[8]. A oferta desse programa é extremamente importante para a formação de professores da rede básica de ensino de várias cidades do Tocantins. O PARFOR da UFT está formando e contribuindo significativamente com a formação de professores da educação básica do Tocantins.

O curso de Letras de Porto Nacional ofertou também com sucesso cursos de **Pós-Graduação Lato Sensu**, nas seguintes áreas: Literatura Comparada, Leitura e Produção Escrita, Literatura Luso- Brasileira, Língua Inglesa e Literatura Anglo-Americana, Ensino de Língua Inglesa e Poética da Linguagem. Esses cursos tiveram como objetivo a formação

[7] Fonte: https://ww2.UFT.edu.br/ppgg
[8] Plano Nacional de Formação de Professores

continuada de professores da rede pública de Porto Nacional e do Estado do Tocantins. Os cursos tiveram alunos de várias cidades do estado do Tocantins e até mesmo de outros estados do norte e do nordeste.

Além das atividades de ensino e extensão desenvolvidos no curso, os docentes do curso de Letras desenvolvem projetos de pesquisa e formação de professores, abrangendo muitos profissionais atendidos. Estes projetos possibilitam a formação inicial e continuada de professores da rede pública, bem como o ensino de línguas estrangeiras à comunidade local de Porto Nacional. Além do mais, os projetos de formação de professores integram a pesquisa na área de ensino com as práticas pedagógicas, para qualificar a pesquisa, buscar soluções para problemas locais e regionais, bem como melhorar a qualidade de ensino junto às escolas da rede pública.

Os projetos de formação de professores desenvolvidos pelos docentes do curso de Letras do Campus de Porto Nacional são os seguintes:

O *PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* – que tem como objetivo a formação de professores para garantir a alfabetização de crianças até os 8 anos de idade. É um projeto que envolve as instâncias federal, estadual e municipais de todo o Estado do Tocantins. A coordenação geral e uma das coordenações adjuntas do PNAIC são compostas por duas docentes do curso de Letras de Porto Nacional, sendo que outros professores do curso de letras também se envolvem no projeto, principalmente no tocante às questões de letramento. A formação dos professores envolvidos nesse projeto tem por objetivo principal formar professores críticos, autônomos e comprometidos com a inclusão social de alunos de baixa renda em todo o Estado do Tocantins.

As ações do PNAIC compreendem um conjunto integrado de programas, materiais e referenciais curriculares e pedagógicos que são disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) e contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores. No mês de junho de 2014, aconteceu uma das etapas da formação de 200 professores formadores (multiplicadores) no *campus* de Porto Nacional. A formação envolve professores formadores da UFT e os 200 orientadores de estudos, que são todos professores das redes públicas de ensino de diferentes municípios do estado, e que participaram de um curso com duração de 200 horas, ministradas pelos professores formadores da UFT. Posteriormente, esses 200 professores contribuirão com a formação de milhares de professores da rede pública em diferentes regiões e cidades do Estado.

O *Centro de Estudos Continuados em Letras, Linguística e Artes – CECLLA*, criado e coordenado por docentes do curso de Letras do *Campus* de Porto Nacional, oferece cursos de línguas estrangeiras (espanhol, francês e inglês), literatura, língua portuguesa e artes à comunidade de Porto Nacional. Além da oferta de cursos diversos à comunidade de Porto Nacional, o projeto tem como meta principal a melhoria da formação inicial e continuada de alunos e egressos de Letras. Para isso, busca a excelência na formação crítica e reflexiva de futuros professores de línguas e literatura por meio da inserção dos graduandos e graduados em um ambiente de ensino e pesquisa sob a orientação direta dos professores do curso de Letras.

O projeto possibilita que os alunos ministrem aulas na condição de monitores e desenvolvam pesquisa em suas próprias salas de aula, maximizando, dessa forma, suas experiências docentes e, também, seu envolvimento com a pesquisa na área da educação e ensino de línguas. Como produto da pesquisa desenvolvida pelos docentes e discentes que integram ou integraram o projeto, o CECLLA publicará em agosto de 2014 um livro com trabalhos desenvolvidos por alunos curso de Letras que ministraram ou ministram aulas no projeto.

Além das oportunidades para a melhor formação docente, são oferecidos cursos de extensão, palestras, minicursos, atividades culturais, ministrados por professores do Curso de Letras da UFT e de outras instituições de ensino superior, tanto à comunidade acadêmica, quanto à comunidade externa à UFT. Desde sua criação em 2010, 34 alunos de graduação já atuaram como professores/monitores no CECLLA e atualmente são mais de 350 alunos de Porto Nacional que são atendidos pelos cursos e palestras do CECLLA.

Além desses projetos, o curso de Letras desenvolve o *PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*, que também visa o aperfeiçoamento dos alunos das licenciaturas para atuarem na rede pública de ensino. O projeto promove discussões teóricas, críticas e reflexivas sobre formação de professores, bem como busca encontrar soluções para problemas no ensino de língua e literatura. O projeto aproxima as escolas públicas e a universidade, propiciando a melhoria na qualidade de ensino. Desde a implantação do projeto, em 2011, mais de 17 alunos participaram do programa, propiciando a formação docente dos alunos de licenciatura.

Em 2014, foi criado o *Projeto de Formação Continuada de Professores de Inglês da Rede Pública de Porto Nacional* que visa consolidar o conhecimento de Língua Inglesa dos professores que atuam em escolas públicas de Porto Nacional. O projeto oferece oficinas, minicursos e palestras a fim de aperfeiçoar o conhecimento de língua inglesa, bem como os

conhecimentos de ensino de língua inglesa nas escolas públicas. Esse projeto tem como público-alvo professores que já atuam nas escolas públicas de Porto Nacional e da região centro-sul do estado. Através desses projetos de formação inicial econtinuada de professores, o futuro doutorado desenvolverá projetos de pesquisa atendam alunos e professores da rede pública.

Atualmente o Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, criado no ano de 2015, situado no câmpus de Porto Nacional, tem como missão o desenvolvimento da formação qualitativa de recursos humanos e da pesquisa integrada em Linguística e Literatura tanto no âmbito do Estado do Tocantins quanto no âmbito da Amazônia Legal. Portanto, a promoção da pesquisa e da formação de pesquisadores nas áreas de Linguística e Literatura no Estado do Tocantins, na Região Norte e regiões adjacentes é um dos principais objetivos do programa.

Diante da necessidade de alcançar tal objetivo com maior eficiência, há um contínuo esforço na produção docente e discente, na qualificação e formação dos pós-graduandos, na ampliação de redes de cooperação e intercâmbios, como é o caso do Procad-Amazônia, Rede Norte de PPGs e o Corpus de Libras, bem como na implementação de ações de docentes e discentes em publicizar suas pesquisas, tanto em eventos e/ou oficinas, quanto na forma de excertos qualitativamente transformados em artigos submetidos a periódicos indexados. Atualmente, com aproximadamente 202 alunos matriculados e 27 professores permanentes, o conjunto de pesquisas do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins é um dos mais ricos em Ciências da Linguaem do Estado.

Somado a isso o Programa de pós-graduação em Letras possui expressão, social e acadêmica, públicas, sobretudo por meio de obras avaliadas por um conselho científico específico a serem publicadas pelo selo editorial específico da EdUFT.

Aliado ao selo editorial específico do PPGLetras, o programa conta ainda com sua revista indexada, Porto das Letras. A revista Porto das Letras é uma publicação trimestral do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT do Campus de Porto Nacional. A revista tem o objetivo de divulgar artigos e resenhas inéditos da área de Literatura, Linguística e Ensino de Língua e Literatura. É voltada a pesquisadores mestres e doutores, discentes de pós-graduação e profissionais da área de Letras e Linguística e apresenta as seguintes seções: Dossiê Temático, Estudos Linguísticos, Estudos Literários, Seção Livre e Resenhas.

Para encerrar esta seção, cabe ressaltar que a avaliação quadrienal da Capes para o programa é 4, com a seguinte apreciação:

> Em sua Proposta, o Programa reafirma a missão de formar recursos humanos para desenvolver pesquisa em Linguística e Literatura em sua região de abrangência e em regiões adjacentes. O Programa tem se mostrado relevante na promoção da formação de recursos humanos e no desenvolvimento das pesquisas no âmbito da linguagem, preocupando-se também com o ensino da língua e da literatura. Nessa perspectiva, oferece uma formação muito boa ao seu corpo discente na sua Área de Concentração, contribuindo para a disseminação do conhecimento à comunidade acadêmica, mas com forte impacto em setores da sociedade, por meio de relações e políticas de qualificação do seu corpo docente e discente, estabelecidas tanto com instituições nacionais quanto estrangeiras. Em relação à Formação, o Programa tem feito um trabalho excelente, implementando políticas e estratégias que contribuem para a qualificação do Programa, mas com impacto relevante no aspecto social, como se pode verificar pelos destaques de seus egressos, que atuam na área, desempenhando atividades no setor da educação básica e superior. Em relação ao Impacto na sociedade, o Programa atua em várias frentes, como se pode verificar pela sua produção intelectual, composta de publicação de artigos, capítulos de livros e livros, organização e participação de/em eventos tanto nacional quanto internacionalmente. Além disso, o Programa se volta para a formação de recursos humanos na educação, em especial na Educação Básica, por meio da oferta de cursos de formação no campo e produção de materiais direcionados a profissionais do ensino. A relação do Programa com a Educação Básica se faz por meio de palestras, cursos e oficinas voltados aos professores, sobretudo os da rede pública de ensino, como uma das modalidades de integração entre pós-graduação e graduação. O Programa, portanto, tem oferecido relevante contribuição para o desenvolvimento da pesquisa e para a formação de recursos humanos no contexto da pós-graduação brasileira e seus desdobramentos na sociedade, razão pela qual, e em conformidade com a Portaria (CAPES 122/2021, artigo 27, 2017-2020).

Portanto, como é possível verificar na nota apreciativa acima, o PPGLetras em seu curso de mestrado já traz uma série de contribuições para as áreas de Linguística e Literatura, bem como para a região na qual está inserido através de uma formação qualitativa de profissionais altamente capacitados para lidar com as complexas demandas da sociedade em que pode atuar.

2.5.4 Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas – PPGHispam

O Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, PPGHispam, foi aprovado pela Capes em dezembro de 2018 e passou a funcionar em agosto de 2019. O programa nasceu do interesse de docentes do Curso de História do Câmpus de Porto Nacional que desenvolvem pesquisas relacionadas às populações tradicionais da Amazônia e às temáticas e práticas de preservação das memórias e patrimônios representativos da diversidade cultural regional. São professores preocupados em experimentar metodologias, técnicas e abordagens

que visam a instrução daqueles que se ocupam dos bens culturais de estudantes, indígenas, populações quilombolas, mulheres em processo de empoderamento e das religiosidades que demarcam fronteiras.

O PPGHispam tem como objetivo geral ser um instrumento de formação de profissionais que possam desenvolver pesquisas e atuar, com qualidade, na docência, e na elaboração de políticas de preservação da memória e de patrimônios culturais amazônicos. Tem como objetivos específicos formar profissionais capacitados para a compreensão da diversidade histórica e cultural das populações amazônicas, com enfoque nos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, sertanejos, assentados e mulheres expostas aos processos de ocupação de terras para construção de barragens e alargamento de fronteiras agrícolas, bem como moradores de periferias em cidades em processo de urbanização da Amazônia, bem como qualificar profissionais que atuam em arquivos, museus, bibliotecas públicas, gestores públicos e docentes da educação básica e superior. Busca ainda a formação de profissionais de História e áreas afins voltados para a crítica e reflexão acerca de questões relevantes sobre as diversidades históricas e culturais de populações das populações amazônicas.

O currículo do programa tem como ênfase a formação de docentes com capacidade para ensinar histórias nas perspectivas das populações amazônicas com interfaces no contexto global; formar profissionais aptos a atuarem no campo da organização de arquivos, museus, bibliotecas e demais espaços de preservação da memória, nas esferas estadual, municipais, em instituições públicas e privadas; incentivar pesquisas de natureza teórica e prática relacionadas às populações amazônicas; promover a elaboração de materiais didáticos que possibilitem o saber sobre indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, sertanejos, atingidos por barragens, mineradores, missionários, migrantes, vaqueiros, territorialidades religiosas, projetos de integração regional/nacional, processos de empoderamento feminino e questões de gênero.

O PPGHispam conta uma única Área de Concentração: História e Cultura das Populações Amazônicas. Entende-se a Amazônia como uma região de fronteiras tanto no conceito tradicional de espaços geográficos como em suas multiplicidades, porosidades e deslocamentos simbólicos de fronteiras. Assim, se propõe a estudar as semelhanças e diferenças de povos indígenas; as festas e rituais; as trajetórias de mulheres camponesas na perspectiva de gênero; as memórias e experiências de mulheres em áreas atingidas por grandes empreendimentos na Amazônia; as ações de religiosos protestantes e católicos e bandeirantes; as atividades de mineradores e criadores de gado, na busca de integração do interior do Brasil no período colonial, imperial e republicano; as delimitações de fronteiras de povos indígenas,

sertanejos e o mundo do trabalho rural; a organização de espaços de memória e de patrimônios culturais, tais como museus, arquivos públicos, bibliotecas municipais e estaduais e preservação de arquiteturas.

O programa conta com 2 (duas) linhas de pesquisa, a saber: 1 - Memórias, patrimônios e organização dos espaços culturais amazônicos. Os estudos da linha se nortearão pela compreensão de memórias coletivas como elementos que manifestam a vontade de instituir identidades, valores e princípios, porque resultam de aspectos históricos e culturais narrados. As memórias divulgam visões de mundo, espraiam princípios compartilhados por grupos identitários, da mesma forma que promovem o esquecimento de manifestações culturais e históricas contrárias aos sujeitos que narram. A partir da compreensão de que as memórias são narrativas que instituem identidades e constituem-se em espaços de poder, ao mesmo tempo que devem ser percebidas nos esquecimentos e silêncios, a linha se ocupa de pesquisas sobre a história e cultura das populações amazônicas; sobre a organização de arquivos relacionados às memórias e sistematização de documentos que formam o patrimônio cultural de movimentos estudantis e camponeses; dos documentos cartoriais envolvendo a questão agrária; da viabilização do acesso aos documentos sobre as memórias escolares de populações tradicionais; de estudos de práticas religiosas voltadas para a normatização de condutas de populações sertanejas; e da catequese de povos indígenas; Linha de Pesquisa 2 - Ensino e fontes das diversidades culturais amazônicas. A linha se ocupa dos saberes docentes acerca de pesquisas em fontes primárias sobre a educação pública e das potencialidades dos acervos institucionais (INCRA, FUNAI, IPHAN, Tribunal de Justiça, bibliotecas públicas e privadas) e suas contribuições para a reconstituição das formas de ensino envolvendo as populações amazônicas; com a formação de profissionais envolvidos em salas de aula, em direções e coordenações escolares, com a formação de trabalhadores em arquivos, bibliotecas, museus, assessores de movimentos sociais; e, finalmente, com as instituições públicas e privadas compromissadas com as populações tradicionais. Por se tratar de uma linha que visa a formação de profissionais que organizam espaços de memória e ensinam, uma primeira preocupação é a centralidade do ensino na formação professor/pesquisador voltado para os saberes atinentes às diversidades culturais amazônicas.

O egresso do Mestrado em História das Populações Amazônicas deve estar apto a compreender as histórias e culturas das populações amazônicas, no campo teórico e metodológico; ter a capacidade de pesquisar essas populações em perspectiva histórica / interdisciplinar, instrumentalizando os interessados em atuar nas áreas de políticas ambientais,

sociais e culturais; a oferecer subsídios para as práticas de constituição e preservação de memórias e acervos institucionais, propiciando a reflexão sobre os problemas que cercam as populações tradicionais amazônicas, voltados para os gestores públicos dos estados da Amazônia; a promover a interação e integração entre a graduação e o programa de pós-graduação.

O programa já titulou 11 alunos ingressantes em 2019 e está programada para o segundo semestre de 2022 a defesa de 9 dissertações da turma de 2020.

Esquema do Curso

O PPHispam prevê o cumprimento de 565 (quinhentos e sessenta e cinco) horas num prazo de 2 (dois) anos. O aluno deverá cursar 2 (duas) disciplinas obrigatórias de 60 (sessenta) horas (8 créditos), 3(três) disciplinas optativas de 60 (sessenta) horas, (12 créditos), 1 (um) Seminário de Pesquisa, de 60 (sessenta) horas, (4 créditos) e 1 (um) seminário tutorial, de 45 horas (3 créditos), redação da dissertação de 60 horas (4 créditos). Para integralizar o curso, o aluno deverá cursar, no mínimo, 31 créditos e cumprir 80 (oitenta) horas de atividades em eventos científicos, que deve gerar um artigo científico em periódico da área ou anais de evento. A avaliação do aluno ocorrerá por meio de aprovação nas disciplinas; no exame de qualificação e na defesa pública e entrega da dissertação. O aluno ainda deverá apresentar 20 horas de Estágio Docência, na forma de minicursos, palestras, mesas-redondas e aulas especiais, ministradas na graduação sob orientação dos professores orientadores. O produto final será a dissertação.

Infraestrutura

Como parte dos investimentos para a qualificação de professores e alunos, o curso conta com laboratórios e núcleos: Laboratórios 1) LIFE – Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores, coordenado pelos Professores Doutores Ariel Elias do Nascimento e Denilson Barbosa de Castro. Conta com computadores, impressoras e tem como público-alvo os estudantes de licenciaturas em História da Universidade Federal do Tocantins; 2) CDH - Centro de Documentação Histórica, coordenado pela Professora Doutora Ângela Teixeira Artur. Possui seis leitores de microfilme e dois computadores com acesso à internet, bem como acervo em microfilmes de periódicos depositados na Biblioteca Nacional, com ênfase no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Seu público-alvo são os estudantes e pesquisadores da área de História; 3) Laboratório de Arqueologia Histórica, Pré-Histórica e História Patrimonial, coordenado pelo Professor Doutor Marcos Aurélio Zimmermann. Núcleos: 1) NEDIG – Núcleo de Estudos das Diferenças de

Gênero: Coordenador: Professor Doutor Vasni de Almeida. 2) NEAB-TO – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Tocantins. Coordenadora: Professora. Doutora Vera Lúcia Aires da Silva; 3) NEAI – Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas. Coordenador: Professor Doutor Odair Giraldin; 4) NEUCIDADES – Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades. Coordenador: Professora Doutora Rosane Balsan.

Para o seu funcionamento, o programa conta com 02 (duas) salas de aulas para ministração de disciplinas; 01 (uma) sala para a coordenação do curso, com terminal de telefonia e computador com acesso à Internet, além de mobiliário específico; 1 (uma) sala para os serviços de secretaria com terminal de telefonia e um computador com acesso à internet, além de mobiliário específico; 1 (uma) sala de estudos para os alunos, com acesso à internet, sendo que os alunos poderão fazer uso comum do Laboratório de Informática (LABIN) do Câmpus de Porto Nacional. Há também acesso liberado ao sistema wifi para notebook; 1(uma) sala dotada de Datashow e outros recursos áudio visuais, que poderão ser reservadas para atividades de reuniões de professores e alunos, defesas de qualificação e dissertações, palestras por videoconferência; 1 (um) anfiteatro com capacidade para 120 pessoas.

O Câmpus Universitário de Porto Nacional oferece atualmente dez (10) cursos de graduação presenciais conforme demonstrado no Quadro 1, cinco (5) cursos de graduação na modalidade EAD, conforme Quadro 2, e 4 programas de pós-graduação *stricto sensu*, demonstrados no Quadro 3, todos em nível de mestrado.

Quadro 1. Cursos de graduação oferecidos no Câmpus de Porto Nacional

Curso	Modalidade	Duração	Turno	Situação Legal	Último Conceito
Ciências Biológicas	Bacharelado	8 a 12 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1094, de 24/12/2015	Enade 2 (2017) CPC 3 (2017)
Ciências Biológicas	Licenciatura	8 a 12 semestres	Integral	Portaria MEC nº 1094, de 24/12/2015	Enade 4 (2017) CPC 4 (2017)
Ciências Sociais	Bacharelado	8 a 12 semestres	Noturno	Resolução CONSUNI 03/2014, de 26/02/2014	Enade (realizado em 2021- aguardando nota) CPC 4 (2019)
Geografia	Bacharelado	8 a 12 semestres	Noturno	Portaria MEC nº 286, de 21/12/2012	Enade 1 (2014) CPC 3 (2014)
Geografia	Licenciatura	8 a 12 semestres	Noturno	Portaria MEC nº 1094, de 24/12/2015	Enade 2 (2014) CPC 3 (2014)
História	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 286, de 21/12/2012	Enade 2 (2014) CPC 3 (2014)
Letras - Língua Inglesa e suas literaturas	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 286, de 21/12/2012	Enade 1 (2014) CPC 3 (2014) Curso 4 (2014)
Letras – Libras	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Resolução CONSUNI 22/2013, de 19/12/2013	Enade - ainda não avaliado CPC 4
Letras - Língua Portuguesa e suas literaturas	Licenciatura	8 a 12 semestres	Matutino / Noturno	Portaria MEC nº 284, de 01/07/2016	Enade 1 (2014) CPC 3 (2014) Curso 4 (2014)
Relações Internacionais	Bacharelado	8 a 12 semestres	Vespertino	Resolução CONSUNI 15/2013, de 19/11/2013	Enade - ainda não avaliado CPC 4

Fonte: Catálogo das Condições de Oferta de Cursos de Graduação da UFT, 2018

Quadro 2. Cursos EAD oferecidos no Câmpus de Porto Nacional

Curso	Modalidade	Duração	Situação Legal	Último Conceito
Biologia	Licenciatura	8 a 12 semestres		Não informado
Química	Licenciatura	8 a 12 semestres		Enade 2
Física	Licenciatura	8 a 12 semestres	Resolução CONSEPE 14/2009(Atualizada pela Resolução CONSEPE 40/2018)	Enade 2
Música	Licenciatura	8 a 12 semestres	Resolução do CONSUNI com a Resolução de Criação do Curso, Número 24 de 2018	Curso ainda não submetido a avaliação
Matemática	Licenciatura	8 a 12 semestres	Resolução do CONSEPE número 04 de 2012	CPC 4

Fonte: DAE, em 05 de fev. de 2021

Quadro 3. Programa de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Câmpus de Porto Nacional

Curso	Modalidade	Situação legal	Último conceito
Biodiversidade, Ecologia e Conservação	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Geografia	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
Letras	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2017)
História das Populações Amazônicas	Profissional	Portaria MEC nº 485, de 18/05/2020	3 (2020)

Fonte: PROPESQ, em 05 de fev. de 2021

Quadro 4. Programa de pós-graduação lato-sensu oferecido no Câmpus de Porto Nacional

Curso	Modalidade	Situação legal	Último conceito
Especialização em Documentação Audiovisual	Profissional	Certidão de aprovação do curso CONSEP N. 03/2020 e 56/2020	não há / em andamento

Fonte: PROPESQ, em 29 de set. de 2022

A unidade de Porto Nacional conta com o seguinte quantitativo de alunos matriculados em 2022.1: 934 alunos na graduação presencial; 228 na pós-graduação *stricto sensu;* e 103 estudantes na modalidade EAD.

Para apoio ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, estão lotados no Câmpus 133 docentes (125 efetivos + 08 substitutos) e 59 técnicos administrativos. No quadro abaixo, pode-se verificar a formação dos técnicos que atuam no Câmpus.

Quadro 5. Número de servidores técnico-administrativos por cargo e titulação

CARGO	TITULAÇÃO					
	Médio ou Técnico.	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Totais
Administrador	-	-	01	-	-	01
Analista de TI	-	-	-	01	-	01
Assistente em Administração	01	06	18	08	-	33
Assistente Social	-	-	-	01	-	01
Bibliotecário	-	-	01	01	-	02
Biólogo	-	-	-	02	-	02
Contador	-	-	01	-	-	01
Pedagogo	-	-	-	01	-	01
Psicólogo	-	-	01	-	-	01
Relações Públicas	-	-	01	-	-	01
Secretário Executivo	-	-	-	02	-	02
Técnico em Laboratório-Área	-	01	03	-	-	04
Técnico de TI	-	02	01	-	-	03
Técnico em Agropecuária	-	-	-	-	01	01
Técnico em Assuntos Educacionais	-	-	-	-	01	01
Téc. em Áudio Visual	-	01	-	-	-	01
Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais	-	02	01	-	-	03
Total Geral	-	-	-	-	-	59

Fonte: DGPE

O Câmpus oferta ainda atividades contínuas à comunidade portuense, como consta no quadro 6.

Quadro 6. Atividades desenvolvidas no Câmpus de Porto Nacional com a participação da sociedade

Atividade	Unidade prestadora no Câmpus
Curso instrumental de línguas estrangeiras (Inglês), leitura e escrita acadêmica em língua portuguesa	Centro de Estudos Continuados em Letras, Linguística e Artes – CECLLA
Roteiro Geoturístico	LabGeotur
Visitas guiadas aos laboratórios e coleções biológicas	Coordenação de Coleções
Empresa Júnior: BioPropague	NEAMB

2.6 Identidade do Câmpus de Porto Nacional

2.6.1 Missão do Câmpus de Porto Nacional

Gerar, promover e sistematizar o conhecimento científico público, socialmente referenciado, através de ensino, pesquisa e extensão para a formação de cidadãos críticos, autônomos, orientados por princípios éticos e humanísticos, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e com a superação de desigualdades.

2.6.2 Visão do Câmpus de Porto Nacional

Consolidar-se como um Câmpus inclusivo promovendo uma educação superior de qualidade com compromisso social.

2.6.3 Valores do Câmpus de Porto Nacional

Valores do Câmpus:

- Respeito à vida e à diversidade como princípios norteadores;
- Transparência administrativa;
- Autonomia universitária;
- Comprometimento com a qualidade do ensino, pesquisa e extensão;
- Respeito e comprometimento com as comunidades;
- Desenvolvimento sustentável;
- Equidade e justiça social;
- Democracia;
- Promoção e respeito ao pensamento crítico;
- Valorização da ciência;
- Formação ético-política.

2.6.4 Objetivos estratégicos

Quadro 7. Objetivos estratégicos do Desaficeclo 1

	Objetivos estratégicos da UFT	Objetivos estratégicos do Câmpus
DESAFIO 1 **Educação inovadora com excelência acadêmica**	1.1 - Elevar o conceito institucional	1.1 - Elevar o conceito institucional
	1.2 - Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de graduação	1.2 - Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de graduação que estiverem abaixo do esperado
	1.3 Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*	1.3 Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*
	1.4 Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0.	1.4 Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0.
	1.5 Institucionalizar a extensão nos cursos de graduação e Pós-graduação	1.5 Institucionalizar a extensão nos cursos de graduação e Pós-graduação
	1.6 Internacionalizar os cursos de graduação e Pós-graduação	1.6 Internacionalizar os cursos de graduação e Pós-graduação
	1.7 Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EAD	1.7 Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EAD
	1.8 Integrar ensino de graduação e pós-graduação	1.8 Integrar ensino de graduação e pós-graduação

Quadro 8. Objetivos estratégicos do Desafio 2

	Objetivos estratégicos da UFT	Objetivos estratégicos do Câmpus
DESAFIO 2 **Inclusão social**	2.1 - Elevar o número de matrículas e a permanência de alunos nos cursos de graduação	2.1 - Elevar o número de matrículas e a permanência de alunos nos cursos de graduação
	2.2 - Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade	2.2 - Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade
	2.3 Oportunizar o ingresso, a permanência e a conclusão de alunos com vulnerabilidade socioeconômica e de estudantes indígenas e quilombolas	2.3 Oportunizar o ingresso, a permanência e a conclusão de alunos com vulnerabilidade socioeconômica e de estudantes indígenas e quilombolas
	2.4 Consolidar políticas de assistência estudantil	2.4 Consolidar políticas de assistência estudantil

Quadro 9. Objetivos estratégicos do Desafio 3

	Objetivos estratégicos da UFT	Objetivos estratégicos do Câmpus
DESAFIO 3 **Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo**	3.1 Elevar a captação de recursos próprios por meio de prestação de serviços técnicos e de transferência de tecnologias (royalties)	3.1 Elevar a captação de recursos próprios por meio de prestação de serviços técnicos
	3.2 Fomentar a criação e o desenvolvimento de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores	3.2 Fomentar a criação e o desenvolvimento de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores
	3.3 Fortalecer o NIT e consolidar as políticas de Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia	3.3 Fortalecer o NIT e consolidar as políticas de Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia
	3.4 Fortalecer as atividades de pesquisa e de inovação, ampliando a produção acadêmica e tecnológica, na Universidade.	3.4 Fortalecer as atividades de pesquisa e de inovação, ampliando a produção acadêmica e tecnológica, na Universidade.
	3.5 – Consolidar um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo integrado e articulado	

Quadro 10. Objetivos estratégicos do Desafio 4

	Objetivos estratégicos da UFT	Objetivos estratégicos do Câmpus
DESAFIO 4 **Reconhecimento social**	4.1 Estimular a inserção social da universidade gerando conhecimento e inovação à sociedade	4.1 Estimular a inserção social da universidade gerando conhecimento e inovação à sociedade
	4.2 Elevar a inserção e reconhecimento social da UFT no Estado do Tocantins	4.2 Elevar a inserção e reconhecimento social da UFT no Município de Porto Nacional
	4.3 Consolidar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias para a sociedade	4.3 Consolidar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias para a sociedade

Quadro 11. Objetivos estratégicos do Desafio 5

	Objetivos estratégicos da UFT	Objetivos estratégicos do Câmpus
DESAFIO 5 **Mecanismos de governança pública**	5.1 – Elevar o índice Integrado de Governança e Gestão – IGG	5.1 – Elevar o índice Integrado de Governança e Gestão – IGG
	5.2 - Elevar o Índice de Governança em Gestão de Pessoas	5.2 - Elevar o Índice de Governança em Gestão de Pessoas
	5.3 - Elevar o Índice de Governança em Tecnologia da Informação	5.3 - Elevar o Índice de Governança em Tecnologia da Informação
	5.4 - Efetivar e intensificar as atividades do Comitê de Governança Digital – CGD	5.4 - Efetivar e intensificar as atividades do Comitê de Governança Digital – CGD
	5.5 - Elevar o Índice de Governança em Aquisições	5.5 - Elevar o Índice de Governança em Aquisições
	5.6 – Reduzir os níveis de risco estratégico	5.6 – Reduzir os níveis de risco estratégico
	5.7 – Elevar o índice de Maturidade da Gestão de Riscos	5.7 – Elevar o índice de Maturidade da Gestão de Riscos
	5.8 - Induzir a cultura da governança em todos os níveis da universidade	5.8 - Induzir a cultura da governança em todos os níveis da universidade
	5.9 – Direcionar a governança para as áreas finalísticas da universidade	5.9 – Direcionar a governança para as áreas finalísticas da universidade
		5.10. priorizar a sustentabilidade em todas as ações administrativas

3. GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

3.1 Governança

A governança é o conjunto dos mecanismos integrados para direcionar a gestão, conduzindo as políticas e a prestação de serviços capazes de atender aos interesses da sociedade. Dessa maneira, é importante e necessário que tais mecanismos – liderança, estratégia e controle – sejam desenvolvidos para garantir razoavelmente o atingimento dos objetivos definidos.

Para isso, durante a construção do PDI foi identificado o desafio 5 como sendo Mecanismos de Governança Pública que tem como programa integrador a Inserção da Governança na UFT, por meio do qual serão desenvolvidos projetos capazes de disseminar a governança em todos os níveis da universidade.

Já durante a construção do PDC também foram pensadas ações para que os mecanismos de governança sejam desenvolvidos e postos em prática para o aprimoramento da gestão e dos serviços prestados e por isso foi realizado o levantamento dos riscos estratégicos do Câmpus e seu gerenciamento é mais uma ferramenta utilizada para contribuir com a tomada de decisões eficiente e o alcance dos objetivos institucionais.

3.2 Monitoramento

O PDC foi desenvolvido com base nas ações descritas no PDI da Universidade, que é monitorado com a utilização do Naus, sistema de gestão desenvolvido na UFT com a finalidade de registrar e monitorar o cumprimento das ações que foram planejadas e o atingimento dos objetivos propostos.

Assim, todo o monitoramento do PDC será realizado de maneira contínua, por meio do acompanhamento das ações constantes do Anexo I que anualmente são desdobradas em tarefas para a construção do Plano Anual de Trabalho – PAT.

O monitoramento dos riscos também será feito no Naus, mas com a utilização de módulos de riscos. Tal acompanhamento deve ser realizado de maneira contínua e tempestiva, conforme definido na política de governança e riscos, visando sempre a diminuição dos níveis de probabilidade e impacto, para que os riscos sejam alocados nos quadrantes verdes da matriz, respeitando o apetite declarado pela instituição.

As avaliações dos monitoramentos serão apresentadas na Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, quando serão discutidos os direcionamentos para a melhoria ou aprimoramento do mecanismo de estratégia, relacionando-o aos mecanismos de liderança e controle.

4. INFRAESTRUTURA

4.1 Infraestrutura física

O Câmpus de Porto Nacional possui uma área total de 75.568,00 m², sendo que 12.530,62 m², constituem a área edificada, cujos espaços físicos estão detalhados no Quadro 12. No Câmpus temos um total de 19 prédios (Blocos I a X; Bloco dos Professores, Moradia Estudantil, Biblioteca, cantina, RU, anexo Bloco II, almoxarifado químico, NEAMB I e II) e

38 salas de aula, além de inúmeros espaços destinados ao funcionamento de laboratórios diversos, núcleos, coleções, auditório, salas administrativas dentre outros usos (vide mapa em anexo).

Os prédios NEAMB I e NEAMB II foram construídos com recursos provenientes de Convênios, celebrados entre a Universidade e Empresas responsáveis pelos empreendimentos hidroelétricos no Tocantins, sendo o NEAMB I (pavimento inferior 389 m², pavimento superior 387,59 m² Convênio Enerpeixe) e NEAMB II (376,91 m², Convênio Investco – Lajeado) (Quadro 14).

O prédio IX (prédio FINEP) foi concebido para atender a Pós-Graduação em Ecologia de Ecótonos (atual PPGBEC) e construído com recursos de projeto de um grupo de professores enviado para este órgão de fomento, área total construída de 616,41 m², no ano de 2009.

Além do Câmpus, faz parte da estrutura da UFT em Porto Nacional, o Centro de Pós-graduação, Extensão e Cultura - CEPEC (UFT centro) espaço destinado à extensão e cultura, localizado no centro da cidade de Porto Nacional. Trata-se de um terreno com 2.714,05 m², e 641,55 m² de área construída.

Este prédio tem importância histórica e cultural, patrimônio da UFT, pois é o espaço que abrigou a antiga Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG). A CENOG foi criada em Goiânia, em 1958, para abrigar estudantes do antigo norte goiano que iam estudar na capital de Goiás. Além de Goiânia, a Casa também tinha filiais em Pedro Afonso, Dianópolis, Miracema, Porto Nacional e Rio de Janeiro. Em Porto Nacional, a Casa foi tornando-se palco das grandes discussões políticas da região, sendo fechada pela ditadura militar em 1964. Durante boa parte da ditadura militar no Brasil, o movimento estudantil continuou se reunindo às escondidas até a criação do instituto CENOG/CONORTE, em 1980, fundamental no processo de criação do Estado do Tocantins na Constituinte de 1988.

Em 2008, o prédio recebeu o nome de CEPEC, Centro de Pós- graduação, Extensão e Cultura, focando dessa maneira a utilização de seu espaço para estas atividades finalísticas da Universidade no Câmpus de Porto Nacional.

Trata-se de um prédio com 641,55m², com salas, amplo hall e auditório onde são desenvolvidas atividades relacionadas à extensão e cultura.

Desde meados de 2013 o prédio esteve interditado. Em 2018 o prédio começou a ser reformado. Tivemos uma primeira parte da reforma concluída em 2019, com recursos de emenda parlamentar. Em 2021, tivemos a continuidade da reforma que se deu através do empenho de recursos da UFT, viabilizados principalmente pela sensibilidade do Reitor, que

mesmo em tempos de restrição orçamentária, entendeu a importância deste prédio para a comunidade acadêmica do Câmpus de Porto Nacional. Em 2021, após ampla discussão realizada nos colegiados e em reunião do CONDIR, foi realizada a cessão de 4 espaços do prédio para a Prefeitura de Porto Nacional, através do estabelecimento de um termo de cessão válido até 31. 12. 2014, no qual são estabelecidas obrigações das partes para a manutenção dos espaços. Frisa-se que a ocupação das quatro salas no CEPEC é destinada exclusivamente para o desenvolvimento de atividades relacionadas à extensão e cultura municipais.

Quadro 12. Estrutura física do Câmpus de Porto Nacional, exceto espaços dos prédios NEAMB I e II

ESTRUTURA FÍSICA DO CÂMPUS DE PORTO NACIONAL			
CÂMPUS JARDIM DOS IPÊS			
Espaço físico	**Quantidade**	**Blocos**	**Observações**
Salas de aula	38	Bloco X NEAMB I	(36) Bloco X (02) NEAMB I
Biblioteca	1	prédio próprio	em construção novo prédio
Salas administrativas	16	Bloco I, Bloco II	
Coordenações de curso	11	Bloco CGE	
Sala de apoio acadêmico	1	NEAMB I	
Salas para docentes	44	Bloco dos professores, Bloco III, Bloco V, NEAMB I	Bloco dos Professores (17 salas com capacidade para 2 professores cada) Bloco III (06 salas para 12 professores)
Auditório	1	Bloco III	
Instalação sanitária	44	Todos os blocos	
Vestiário	2	Bloco III	
Laboratório de informática	1	Bloco CGE	Comunidade interna e externa
Laboratório específicos	44	Blocos Diversos	III, IV, V, VI, VIII, IX, X, NEAMB II
Área de lazer	3	-	
Casa de vegetação	1	prédio próprio	Anexo ao NEAMB
Restaurante universitário	1	prédio próprio	
Cantina	1	prédio próprio	
Casa do estudante	1	prédio próprio	
Labins vinculados a cursos	7	PPGBEC, Letras, Libras, Geografia,	Labin CECAP

		RI, Ciências Sociais. PPGG	
Labin de uso geral	1	CGE	Comunidade interna e externa
Arquivo	1	Bloco II	
Salas UAB	2	Bloco II	Secretaria e Monitoria
Espaço Lúdico Pedagógico	1	Bloco X	
Viveiro	1	prédio próprio	
Núcleo de Tecnologia da Informação-NTI	1	Bloco II	
Depósitos	2	Blocos: Moradia Estudantil e X (3p)	Espaços provisórios
Almoxarifado químico	1	Prédio próprio	
Copas de uso coletivo	4	CGE, Bloco I, Bloco Adm., Bloco IX.	
Sala vigilância	1	Bloco Casa do Estudante	
PIBID	1	Bloco Casa do Estudante	Sem sala no momento.
PET indígena	1	Bloco II	
Diretório Acadêmico	1	Bloco Casa do Estudante	
Sala dos motoristas	1	Bloco Administrativo	
Estacionamento	180 vagas	-	

Fonte: Direção de Câmpus

Quadro 13. Estrutura física do Câmpus de Porto Nacional - CEPEC

CEPEC - UFT CENTRO	
Espaço Físico	**Quantidade**
Sala de aula	2
Sala de Extensão	1
Acervo Coleção	1
Núcleo/Instituto	1
Salas cedidas	4
Auditório	1
Instalações sanitárias	3
Estacionamento	20 vagas

Fonte: Direção de Câmpus

Quadro 14. Estrutura física dos prédios NEAMB I e II

NEAMB I	
Sala	**Setor**
01	Sala de permanência de Professor (a)
02	Sala de permanência de Professor (a)
03	Sala de permanência de Professor (a)
04	Sala de permanência de Professor (a)
05	Sala de permanência de Professor (a)
06	Sala de permanência de Professor (a)
07	Sala de permanência de Professor (a)
08	Arquivos de fichas de levantamentos biológicos
09	Sanitário
10	Sanitário
11	Cozinha
12	Sala de estudos de estagiários da Pós-Graduação
13	Sala de aula – miniauditório
14	Sala de aula – miniauditório
15	Apartamento Pesquisadores externos – suíte 1
16	Apartamento Pesquisadores externos – suíte 2
17	Cozinha para pesquisadores externos

NEAMB II	
Sala	**Setor**
01	Museu de Ictiologia
02	Laboratório de Ictiologia Sistemática
03	Anexo Museu de Ictiologia
04	Anexo sala de permanência arquivo e digitação
05	Laboratório de Alimentação de peixes
06	Laboratório de Ictiologia – processamento de material biológico
07	Laboratório de Ictiologia e ictioplancton
08	Laboratório de micropropagação
09	Laboratório de Taxonomia vegetal e sala de preparação
10	Sala de secagem de material botânico
11	Laboratório de preparo e conservação de sementes
12	Herbário
13	Depósito de vidrarias
14	Sala de permanência de Professor (a)
15	Sala de permanência de Professor (a)
16	Sala de permanência de Professor (a)
17	Sanitário
18	Sanitário
19	Sanitário
20	Sanitário

Fonte: Direção de Câmpus

4.1.1 Casa do estudante

A casa do estudante, localizada no interior do Câmpus de Porto Nacional (local do antigo Bloco 1) foi reformada e adaptada para moradia com verbas provenientes do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), no ano de 2016, fruto da luta do movimento estudantil e com o empenho da gestão para que o processo se viabilizasse.

A casa é composta por 8 blocos com 6 e 4 quartos, cada qual com uma cozinha coletiva. Em cada quarto residem dois estudantes no qual fazem uso de 4 banheiros externo e uma lavanderia de uso comum. Atualmente a capacidade da casa é de 80 vagas. Para ter acesso a moradia estudantil os acadêmicos precisam comprovar vulnerabilidade socioeconômica através de edital coordenado pela PROEST- Pró – Reitoria de Assistência estudantil. A moradia estudantil é sem dúvida um dos maiores projetos de inclusão da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Há ainda uma casa do estudante localizada externamente ao Câmpus, no setor Jardim dos Ipês. Destaca-se que esta casa não é propriedade da UFT, mas manteve durante muitos anos estudantes da universidade. Ainda hoje, por opção, alguns estudantes da UFT residem nesta casa. Esta casa foi construída e mantida através de uma parceria do Governo do Estado do Tocantins e Prefeitura Municipal, e objetiva o apoio ao estudante tocantinense, não somente aos estudantes vinculados à UFT. Esta casa foi inaugurada em 2008, e possui capacidade para abrigar 32 estudantes, sendo composta por 4 blocos – 4 quartos cada. Cada bloco compartilha cozinha e sala, e 2 banheiros por bloco. No ano de 2019, a prefeitura municipal doou o terreno desta casa, que estava sob sua responsabilidade, à UFT. Estamos em um momento de trâmites junto aos órgãos competentes para a aquisição definitiva da casa e dessa forma, a admissão da responsabilidade total e gerência dela. Cabe ressaltar que a casa nunca recebeu qualquer tipo de manutenção, e está com vários problemas de infraestrutura evidenciados através de laudos técnicos solicitados pelo Câmpus de Porto Nacional.

4.2 Infraestrutura acadêmica

4.2.1 Laboratórios

Parte das disciplinas práticas que compõem as matrizes curriculares dos cursos ofertados nos diferentes níveis e modalidades de ensino são desenvolvidas nos laboratórios

existentes no Câmpus e detalhados no Quadro 14. São laboratórios didáticos e/ou de pesquisa que possuem coordenadores vinculados aos cursos de graduação ofertados no Câmpus.

Quadro 15. Laboratórios do Câmpus de Porto Nacional

Curso de graduação e Pós-graduação	Laboratórios	Localização
Geografia (Licenciatura e Bacharelado)	1. Laboratório de Geoprocessamento – LABGEOP	Bloco IV
	2. Laboratório de Solos e Biogeografia – LASOBIO	Bloco VI
	3. Laboratório de Análises Geo-Ambientais - LGA	Bloco VI
	4. Laboratório de Estudos Geo-Territoriais - LEGET	Bloco VI
	5. Laboratório de Cartografia	Bloco X
	6. Laboratório Geografia do Sagrado - GEOSACRO	Bloco III
	7. Laboratório de Pesquisas em Metodologias e Práticas de Ensino de Geografia – LEGEO	Bloco III
	8. Laboratório de Estudos Agrários Regionais e Territoriais – LEART	Bloco III (em reforma)
	9. Laboratório de Geografia do Turismo – LabGeotur	Bloco III
	10. Laboratório de pesquisa Geografia política e usos do território Brasileiro -LABUTO	Bloco III
Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado) e Biologia (EAD)	1. Laboratório de Entomologia	Bloco V
	2. Laboratório de Paleobiologia	Bloco V
	3. Laboratório de Genética e Bioquímica	Bloco V
	4. Laboratório de Microbiologia	Bloco V
	5. Laboratório de Fitoquímica	Bloco V
	6. Laboratório de Zoologia Animal e Comparada	Anexo do Bloco II
	7. Laboratório de Física e Matemática	Anexo do Bloco II
	8. Laboratório de Esteromicrocospia	Bloco IV
	9. Laboratório de Microcospia	Bloco IV
	10. Laboratório de Química I	Anexo - Bloco II
	11. Laboratório de Química II	Bloco VI
	12. Laboratório de Alimentação de Peixes	NEAMB II
	13. Laboratório de Taxonomia Vegetal	NEAMB II
	14. Laboratório de Fisiologia	Bloco III
	15. Laboratório de Ictiologia	NEAMB II
	16. Laboratório de Histologia e ictioplancton	NEAMB II
	17. Laboratório de Micropropagação	NEAMB II

Letras (Português e suas Literaturas; Inglês e suas Literaturas)	1. LAM – Laboratório de Multiletramento	Bloco IV
	2. Laboratório de Línguas	Bloco IV

História	1. Laboratório de Documentação Histórica	Bloco IV
	2. Laboratório de Arqueologia Histórica / Pré-histórica e Educação Patrimonial - LAPHIS	Bloco III

Ciências Sociais	1. LAPECS – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais	Bloco III

Relações Internacionais	1. LAERI – Laboratório de Estudos das Relações Internacionais	Bloco III

Letras Libras	1. Laboratório Multimídia I	Bloco VIII
	2. Laboratório Multimídia II	Bloco VIII
	3. Laboratório para produção visual I	Bloco VIII
	4. Laboratório para produção visual II	Bloco VIII
	5. Laboratório Didático-Pedagógico	Bloco VIII

Cursos de Licenciatura	1. LIFE-Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores	Bloco III

Programa de pós-graduação - PPGBEC	Laboratório multiuso I	Bloco IX
	Laboratório multiuso II	Bloco IX
	Laboratório multiuso III	Bloco IX
	Laboratório multiuso IV	Bloco IX
	Laboratório multiuso V	Bloco IX

Fonte: Direção de Câmpus

4.2.2 Biblioteca

A missão da Universidade Federal do Tocantins – UFT é formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade e sua visão é consolidar-se, até 2025, como uma universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal. Para alcançar estes objetivos as bibliotecas são espaços fundamentais, pois se caracterizam como áreas de catalisação e difusão de conhecimento que favorecem a inovação e contribuem para apoiar o tripé ensino, pesquisa e extensão, eixos equivalentes que sustentam a razão de ser da universidade.

Pontua-se que há um espaço em construção que abrigará a nova biblioteca, uma construção de 3.099,95 m². A obra se iniciou em 2013 e devido aos cortes orçamentários que a universidade vem sofrendo ano após ano, a obra encontra-se parada desde 2015. Estima-se que ainda restam cerca de 45,13% da obra para ser terminada, sendo o valor estimado em R$ 4.008.216,52.

Assim, para contribuir com a difusão do conhecimento entre a comunidade acadêmica, o Câmpus de Porto Nacional possui o acervo bibliográfico conforme detalhado no Quadro 15 e o pessoal lotado na unidade está distribuído de acordo com o que está representado no Quadro 16.

Quadro 16. Dados relativos aos exemplares e títulos da biblioteca do Câmpus de Porto Nacional

DADOS RELATIVOS AOS EXEMPLARES E TÍTULOS DA BIBLIOTECA DO CÂMPUS DE PORTO NACIONAL				
Área do conhecimento	**Títulos**	**Exemplares**	**Total de títulos**	**Total de exemplares**
Ciências exatas e da terra	970	2022	19.640	40.286
Ciências agrárias	320	553		
Ciências biológicas	1603	3703		
Ciências da saúde	213	419		
Ciências humanas	7760	17204		
Ciências sociais aplicadas	1468	2659		
Engenharias	184	395		
Linguística, letras e artes	6396	11528		
Não informado	13	26		
Outros	713	1777		

Fonte: PDI UFT 2021-2025

Quadro 17. Quantitativo de pessoal da biblioteca do Câmpus de Porto Nacional

QUADRO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS DO CÂMPUS DE PORTO NACIONAL				
Especificação				
Bibliotecário Documentalista	Assistente Administrativo	Bolsista / Estagiário	Outros / Terceirizados	Total
02	06	0	0	08

Fonte: PDI UFT 2021-2025

4.2.3 Coleções

Embora ainda sejam muito recentes, as coleções biológicas do Câmpus de Porto Nacional já estão consolidadas e gozam do reconhecimento de seus pares no cenário nacional, tendo recebido ao longo dos anos, diversas visitas de pesquisadores de todo o Brasil. Seus acervos variam de pequeno a médio porte, mas que desempenham papel fundamental no conhecimento e preservação da biodiversidade tocantinense, através do desenvolvimento de dezenas de estudos, tais como, monografias, TCCs, dissertações, teses, capítulos de livros, livros e artigos científicos.[9]

O estado atual das quatro coleções biológicas existentes no Câmpus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins é:

1. Coleção de Peixes do Laboratório de Ictiologia Sistemática (UNT)

iniciou-se com coletas no município de Brejinho de Nazaré e tem sido incrementada com inclusão de exemplares de várias regiões da bacia do rio Tocantins/Araguaia, por ocasião de estudos de impacto ambiental e convênios firmados entre a UFT e as concessionárias hidrelétricas. A UNT conta com aproximadamente 21 mil lotes catalogados de peixes preservados em álcool, distribuídos em 13 ordens e 59 famílias. Desde 2012, a UNT foi integrada ao SiBBr (Sistemas de Informações sobre a Biodiversidade), o que tem garantido a disponibilização de todos os dados informatizados.

2. Coleção de Entomologia da UFT (CEUFT)

criada há mais de uma década e, atualmente, alocada em uma sala cedida pelo Laboratório de Entomologia do Câmpus de Porto Nacional (LabEnt) e com previsão de mudança de suas instalações para um novo ambiente até o final do ano de 2020. O acervo da coleção pode ser dividido em duas partes: coleção de via úmida e de via seca. A coleção de via úmida conta com mais de 140 frascos parcialmente triados, cada um contendo entre centenas e milhares de espécimes de insetos. A coleção de via seca conta com aproximadamente 6.970 espécimes devidamente acondicionados, onde 5.132 estão alocados em 17 ordens distintas e outros 1.838 pertencem especificamente a Ordem Diptera, Família Tabanidae.

[9] Projeto de extensão: As coleções biológicas da UFT/Porto Nacional como instrumentos científicos e didáticos no ensino e na extensão. SIGProj N°: 322031.1952.91339.23042020. Coordenador: Krolow, T., EDITAL UFT - 2020 - FLUXO CONTÍNUO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO 2020.

3. Coleção do Herbário da UFT (HTO)

fundada em 2003, e atualmente é o maior herbário do Estado, apresentando em torno de 12 mil exemplares, incluindo plantas, algas, fungos e liquens. O HTO tem um papel importante na pesquisa científica no Brasil, pois estão depositados espécimes importantes de áreas ecotonais (Cerrado- Amazônia, Cerrado-Pantanal e Cerrado-Caatinga), endêmicas (Ipucas – Planície do Araguaia) e de fragmentos florestais que foram extintos pela pecuária extensiva e pelo alagamento provocado pelas Hidrelétricas da região. No total, 19 artigos científicos citam exemplares botânicos de suas pesquisas depositados no acervo do HTO. O herbário é membro da rede do INCT – Herbário Virtual da Flora e dos Fungos e do Projeto REFLORA, plataformas online que têm por objetivo promover o acesso livre e aberto aos dados e informações disponíveis dos herbários brasileiros a qualquer interessado. Além disso, o Herbário do Tocantins está cadastrado na Rede Brasileira de Herbários da Sociedade Botânica do Brasil e também no *Index Herbariorum*, importantes catálogos de coleções botânicas nacional e internacional, respectivamente.

4. Coleção de Paleontologia (CPALEOUFT)

É a única coleção de Paleontologia do Estado do Tocantins e está inserida no Laboratório de Paleobiologia (LPB) da UFT do Câmpus de Porto Nacional. O acervo é variado e inclui cerca de 2.100 peças fósseis catalogadas em livro tombo com a perspectiva de informatização, com representação de grupos de vertebrados, invertebrados e plantas, além de material palinológico e lâminas delgadas de lenhos fósseis. Os fósseis provêm em sua maioria do Estado do Tocantins, mas com representação de peças do Ceará (Chapada do Araripe), Rondônia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Além das coleções biológicas, o Câmpus de Porto Nacional conta ainda com uma coleção bibliográfica do pesquisador Carlos Moreira e outra de itens representativos de cultura material e simbólica dos povos *Timbira.*

5. Coleção Bibliográfica Carlos Moreira

A coleção está alocada na biblioteca do Câmpus. O antropólogo Carlos Araújo Moreira Neto nasceu em 1930 e faleceu aos 77 anos de idade, no dia 15 de junho de 2007. Formado em História, especializou-se no campo acadêmico da Antropologia. A coleção contém documentos, em diversos suportes, coletados e armazenados na residência da família, no Rio de Janeiro, durante toda a trajetória como pesquisador da etnia indigenista brasileira, reunindo cerca de 20

mil itens, entre livros, periódicos especializados, documentos manuscritos, fichas de anotações de suas viagens de estudos às aldeias indígenas, incluindo publicações fundamentais para o conhecimento da História e da Cultura dos povos indígenas e suas relações com a sociedade colonial brasileira, incluindo estudos publicados por cronistas, naturalistas, colonizadores, etnólogos, antropólogos e historiadores, que cobrem um largo período histórico, do início da colonização aos dias atuais, em sua maioria, edições esgotadas e obras raras.

O acervo foi adquirido, através de Contrato de Aquisição de Acervo Bibliográfico e Documental, celebrado entre a Universidade Federal do Tocantins e Anna Lúcia Tamm de Araújo Moreira, viúva do antropólogo, em fevereiro de 2008.

6. Acervo Técnico de Memória Timbira

Com sede nas dependências do Centro de Pós-Graduação, Extensão e Cultura - CEPEC da Universidade Federal do Tocantins na histórica cidade de Porto Nacional, o *Acervo Técnico de Memória Timbira* é composto por diversos conjuntos de itens representativos de cultura material e simbólica dos povos *Timbira*; nomeadamente, *Apinajé, Canela Apanyekrá, Canela Ramkokamekrá, Gavião Parkatejê, Gavião Pykopjê, Krahô e Krikati.* A singularidade das peças e coleções que compõem a *Reserva Técnica,* advém de criteriosa e abrangente coleta junto a aldeias e comunidades feitas pelo professor Vanderlei Mendes de Oliveira. Em modo etnográfico, o conjunto transita desde variada cestaria, tipos diferentes de armas de guerra, paramentaria ritual, instrumentos musicais, objetos lúdicos e objetos do uso do dia a dia. Caracteriza-se basicamente pela manufatura de artesanato proveniente da área de transição entre os biomas: Cerrado, Mata dos Cocais e Amazônico. Cestaria/trançada como: bolsa (palha de buriti), bolsa de carga (palha de buriti), cesto de carga (palha de buriti), cesto de carga (palha de babaçu), cesto para miudezas (palha de babaçu), esteira para descansar/dormir (palha de babaçu), carregador de criança (palha de buriti), jogar de pedra (palha de buriti), brinquedos de crianças (palha de buriti); jogo da memória (madeira, fita de tucum e sementes), brinquedos de crianças/bonecas (cabaça, sementes e pinturas/grafismos), instrumento musical/maraca (coité, madeira, sementes e pinturas/grafismos), instrumento musical/flauta transversal (cabaça, bambu, fita de tucum, cera de abelha, trançado/palha de buriti, pinturas/grafismos); armas de guerra - 07 tipos diferentes de bordunas, flechas (madeira, bambu, fita de tucum, trançado palha de buriti, osso, pinturas/grafismos); cabaças de carregar água (ornamentadas com pinturas/grafismos), cabaças de guardar sementes (ornamentadas com pinturas/grafismos);

paramentália ritual - cocares, colares, saias, testeiras, braceletes, entre outros; forma das aldeias e estilo arquitetônico das casas.

Quadro 18. Coleções do Câmpus de Porto Nacional

Coleção	Curadoria	Curso relacionado
Coleção de Peixes do Laboratório de Ictiologia Sistemática (UNT)	Prof. Dr. Paulo Lucinda	Ciências Biológicas
Coleção de Entomologia da UFT (CEUFT)	Prof. Dr. Tiago Krolow	Ciências Biológicas
Coleção do Herbário da UFT (HTO)	Prof. Dr. Rodney Viana	Ciências Biológicas
Coleção de Paleontologia (CPALEOUFT)	Profa. Dra. Etiene Fabbrin Pires Oliveira	Ciências Biológicas
Coleção Carlos Moreira	Alessandra Santarém - Bibliotecária	História e todos os cursos
Acervo Técnico de Memória Timbira	Prof. Dr. Marcelo de Souza Cleto	Ciências Sociais e História

Fonte: Direção do Câmpus

4.2.4 Núcleos

Os Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão tem a finalidade de apoiar, planejar, organizar, elaborar e executar programas e projetos associados à pesquisa e extensão a fim de complementar as atividades dos cursos de graduação e pós-graduação. No Câmpus de Porto Nacional contamos com 10 Núcleos (quadro 18), todos com espaço físico disponível para a realização de suas atividades.

Quadro 19. Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus de Porto Nacional

Núcleos	Bloco/Prédio	Cursos relacionados	Coordenador (a)
Núcleo Interdisciplinar de Estudos Literários – NIEL	Bloco VII	Graduação em Letras Pós-Graduação em Letras	Profa. Dra. Lyanna Costa Carvalho
Núcleo de Estudos da Linguagem – NEL	Bloco III	Graduação em Letras Pós-Graduação em Letras	Prof. Dr. José Edicarlos de Aquino
Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários – NURBA	Bloco VII	Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) Pós-Graduação em Geografia	Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira
Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades – NEUCIDADES	Bloco VII	Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) Graduação em História Pós-Graduação em Geografia	Profa. Dra. Rosane Balsan
Núcleo de Estudos Ambientais – NEAMB	PRÉDIOS PROPRIOS	Graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado) Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação	Prof. Dr. Rafael José de Oliveira

Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas – NEAI	Bloco VII	Graduação em Ciências História, Graduação em Ciências Sociais Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas	Prof. Dr. Odair Giraldin
Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero – NEDIG	Bloco VII	Graduação em Ciências História, Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas	Prof. Dr. Vasni de Almeida
Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento – NEMAD	Bloco VII	Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) Graduação em História Pós-Graduação em Geografia	Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB	Bloco VII	Graduação em Ciências História, Graduação em Ciências Sociais Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas	Profa. Dra. Vera Lucia Aires Gomes da Silva
Núcleo de Pesquisa História, Memórias, Imagem e Tecnologias - NUHMIT.	Não tem espaço físico	Graduação História, Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas	Prof. Dr. Marcos Alexandre de Melo Santiago Arraes

Fonte: Direção do Câmpus de Porto Nacional

4.2.5 Observatórios e Institutos

4.2.5.1. Observatório dos Movimentos Sociais do Tocantins - Observa-TO

O Observatório foi concebido com a perspectiva de construir novas análises e epistemologias das resistências e das lutas sociais dos movimentos sociais do estado do Tocantins. Através da ação conjunta, solidária e bidirecional o objetivo é o de formar uma rede de movimentos e ações que possa contribuir para a reflexão sobre as novas realidades e conflitos desencadeados pelo avanço de projetos econômicos que ferem a existência das populações nas cidades e nos campos. A fim de preencher o hiato entre teoria e prática e responder à escassez de conhecimento recíproco entre movimentos e organizações o Observa-TO procurará se manter presente nos debates e formações não apenas divulgando conteúdo sobre eventos e manifestações dos movimentos sociais e populares, como também elaborando e desenvolvendo pesquisas, projetos e cursos de extensão.

Composição:04 professores,6 estudantes.

Instituições parceiras: Observatório da Violência Institucional vinculado ao CEHAL – Centro de Estudos de História da América Latina da PUC-SP; Núcleo de Estudos de Igualdade Étnico-racial e Educação, projeto de extensão do curso de Direito da UFT; curso de História da UFT Câmpus Porto Nacional.

Outras informações relevantes: a existência do Observa-TO e sua atuação nos últimos dois anos requereu dos membros um grupo de estudos para aprofundar nossos debates teóricos frente ao avanço da fronteira agrícola sobre o Cerrado, ao desmatamento e conflitos gerados por interesses econômicos e políticos nacionais e internacionais. Neste sentido as alunas e alunos integrantes do Observatório submeteram suas pesquisas no último edital de PIBIC e todos foram aprovados. Desta forma criamos o GEGAL – Grupo de Estudos globais e América Latina para fomentar um diálogo teórico mais profundo. O GEGAL está regularmente registrado na plataforma do CNPQ e tem se esforçado para assinar convênios e organizar eventos em nível nacional e internacional. Nossas pesquisadoras e pesquisadores já têm participado de inúmeros eventos e, desta forma, entendemos que estamos contribuindo não apenas para o aprimoramento das pesquisas e das pesquisadoras/es como também elevando o grau de participação da Universidade Federal do Tocantins nos eventos nacionais e internacionais.

4.2.5.2. Observatório Transdisciplinar sobre Feminismo, Política e Métodos - OUTRAS

Nome fantasia: OUTRAS - Observatório Feminista

A criação do grupo de pesquisa Observatório Transdisciplinar sobre Feminismo, Políticas e Métodos (OUTRAS) justifica-se tendo em vista o panorama da desigualdade social que assola, principalmente, o maior grupo social no mundo e também no Brasil – As mulheres. A necessidade de ampliar os debates que incluam e transversalizem as demandas das mulheres enquanto sujeitos sociais produtores de ciência, tecnologia, teorias e métodos, bem como compreender as diferenças daquelas que estão transformando os espaços onde atuam, sejam a partir de políticas públicas, sejam por coletividades (grupais, tribais ou comunitárias) e que adotem uma visão feminista (pensamento social produzido por e para mulheres) e dos direitos humanos trazem as bases que justificam a proposta desse grupo. Tem como principais objetivos: Refletir sobre o desequilíbrio e a desigualdade de gênero na sociedade e suas implicações no cotidiano das mulheres; avançar na crítica às representações políticas e das tecnologias para construam perspectivas feministas e/ou gênero; estimular o debate sobre o feminismo enquanto

teoria e perspectiva metodológica que constroem ou auxiliam na construção de políticas públicas de igualdade de gênero e direitos humanos em diferentes sociedades.

Cursos envolvidos: Em Porto Nacional: Relações Internacionais, Geografia, Ciências Sociais e História

Composição: 30 pesquisadores (entre professoras e professores, estudantes e colaboradores

Instituições parceiras: Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPETO), Universidade do Tocantins (UNITINS), PROLAM-USP, UFNT, SESC TO, FESTIVAL PELA VIDA DAS MULHERES, Ministério Público Estadual TO.

4.2.5.3. Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais - OPTE

Visa a se constituir num núcleo de estudos e pesquisas com a intenção de realizar a coleta, o processamento e a análise de dados pertinentes às realidades territoriais e educacionais face às políticas públicas. A sua finalidade é produzir um conjunto significativo de análises de intervenção política a partir de pesquisas que cruzem os diagnósticos das políticas educacionais e territoriais no Estado do Tocantins e nas macro regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, visando subsidiar as ações de governos e da sociedade civil no controle social. Busca-se aferir em que medida o melhoramento nos índices de escolarização incidem sobre o melhoramento do desempenho das políticas urbanas e regionais e, consequentemente, na qualificação das condições de vida e de habitabilidade das cidades e regiões e na cultura cívica de um modo geral. Não obstante, pretende-se sugerir eixos para o desenvolvimento da ação educacional a partir da vocação econômica das cidades e regiões, inibindo assim distorções políticas e a má aplicação dos recursos públicos. Neste sentido, as distintas áreas de conhecimento articuladas neste projeto se justificam, haja vista a interface propugnada e o avanço na perspectiva da interdisciplinaridade. O seu desenvolvimento se articula ainda com as pesquisas já desenvolvidas pelo Observatório das Metrópoles (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/IPPUR - UFRJ) e pelo Laboratório de Geografia Humana do Instituto de Estudos Socioambientais/IESA - UFG. Tem-se a intenção ainda de se estabelecer parceria com a SEDUC-TO e a SEPLAN-TO, no afã de que haja uma influência mútua nos procedimentos metodológicos e na definição de territórios prioritários de análises para as primeiras experiências do OPTE.

Composição: 21 pesquisadores, 7 estudantes, 1 colaborador estrangeiro.

Instituições parceiras: Instituto de Estudos Socioambientais - IESAUFG, GO; Prefeitura Municipal de Porto Nacional, TO; Escola Centro - Oeste de Formação da Cut Eco - Cut ECOFCE, GO; Sindicato dos Professores no Distrito Federal, SINPRO DF, DF.

4.2.5.4 Instituto Padre Josimo de Pesquisa e Extensão da Amazônia

A história social do mundo tem sido marcada por processos sócio-políticos que sempre garantem a produção e reprodução dos sistemas econômicos, sejam eles considerados modernos e/ou tradicionais. Na Amazônia, em especial o capitalismo agrícola tem se apresentado como perverso e degradante processo de desestabilização das comunidades tradicionais. O capitalismo carrega consigo contradições que precisam ser compreendidas, pois são geradoras de conflitos sociais que continuamente eclodem, a partir do uso de novas formas de acumulação no campo e nas cidades. Diante desses fatos, faz-se necessário pesquisar a aplicação e desenvolvimento de teorias e metodologias de pesquisa, que almejem essa compreensão; no âmbito das questões agrárias e regionais e seus desdobramentos sócio territoriais no contexto amazônico. A criação do estado do Tocantins, pela Constituição de 1988, interferiu substancialmente para que houvesse uma grande desestruturação espacial; tanto do ponto de vista cultural como sócio/econômico, na região do Antigo Norte Goiano. Essa desestruturação desencadeou uma aceleração do processo de produção e reprodução dos espaços urbanos (a construção de Palmas) e um processo de agravamento dos conflitos territoriais no campo, oriundos da expansão do agronegócio e das reivindicações dos movimentos sociais, estes últimos a partir de então, mais organizados localmente e mais próximos geograficamente dos órgãos de gestão da questão fundiária; federais (MDA-INCRA) e estaduais (RURALTINS e INTERTINS), antes estabelecidos em Goiânia, de forma que esse processo atingiu fortemente os territórios indígenas e quilombolas agravando cada vez mais suas condições de subsistência. Partindo desse pressuposto, um grupo de alunos e professores, deu início, no ano de 2003, a uma série de discussões sobre esses temas pontuais; de modo que resultou na ideia de se criar um grupo de pesquisa, (o Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários no curso de Geografia da UFT – Câmpus de Porto Nacional) que tivesse como objetivo as seguintes propostas: aprofundar nas questões teóricas sobre o urbano, o agrário e o regional; organizar linhas de pesquisas sobre esses três temas; orientar e executar trabalhos de pesquisa nessas áreas, em nível de graduação e pós-graduação. Assim, houve a consolidação do grupo de estudos e pesquisas com seu registro no CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa e na PROPESQ

- Pró-reitora de Pesquisa da UFT. A partir de então se aproximou os diálogos com os movimentos sociais camponeses e urbanos, com as comunidades indígenas e quilombolas, de forma que se acumularam experiências através do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão envolvendo os cursos de graduação e pós-graduação em geografia do Câmpus de Porto Nacional. A partir de 2013, começou a se pensar na necessidade de expandir as ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Tocantins no que diz respeito a sua aproximação com os movimentos sociais e as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas não só mais no âmbito do Estado do Tocantins, mas também do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Goiás, ou seja, da porção oriental da Amazônia Legal, sul do Piauí, oeste da Bahia, Noroeste de Mato Grosso e norte de Goiás. A ideia foi criar um instituto de pesquisa e extensão que abrangesse as demandas sociais, econômicas e educacionais das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais no sentido de assessorar e acompanhar a aplicabilidade de políticas públicas em seus territórios. Coordenado pela Pró-reitora de Extensão da UFT, foram realizadas uma série de reuniões com a presença de professores e pesquisadores do Câmpus de Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Arraias e Tocantinópolis, bem como com a coordenação do MST, lideranças das comunidades quilombolas, alunos indígenas e alunos de outros cursos de graduação e pós-graduação da universidade. Assim, depois de discussões e debates foi construída a proposta de criação do Instituto Padre Josimo de Pesquisas e Extensão da Amazônia. O Instituto Padre Josimo de Pesquisas e Extensão da Amazônia será um órgão da Universidade Federal do Tocantins-UFT, especializado em desenvolvimento de projetos de pesquisas e extensão de caráter multidisciplinares, atuando com o foco nas questões territoriais camponesas, urbanas, indígenas e quilombolas, tanto do ponto de vista das teorias aplicadas e das Práticas desenvolvidas. O Instituto desenvolverá novas tecnologias relativas à educação, à inovação tecnológica aos assentamentos da reforma agrária e assessoria sobre políticas públicas nas comunidades indígenas, quilombolas e acampados, desenvolvendo projetos para a promoção da cidadania, cultura, organização popular, erradicação da pobreza e do analfabetismo e na superação das discriminações sociais de gênero e cor e na preservação dos ambientes amazônicos. Para tanto, utilizar-se-á das práticas e dos saberes locais e tradicionais para a construção de novos conhecimentos. O objetivo principal do instituto é promover a pesquisa e a extensão voltadas para o desenvolvimento político, econômico, cultural, étnico-racial, religioso, de gênero e de diversidades no contexto dos territórios rurais e urbanos, bem como junto às comunidades tradicionais de agricultura camponesa e assentados da reforma agrária no contexto amazônico.

Cursos envolvidos: 1) Câmpus de Porto Nacional nos cursos de Graduação em Geografia, História, Libras, Letras, Biologia, Ciências Sociais, Relações Internacionais, no curso de Pós-Graduação em Geografia e nos núcleos de estudos: NURBA – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrário, NEAB –Núcleo de Estudos Afro Brasileiros ;2) Câmpus de Gurupi nos cursos de Graduação em Agronomia e Pós-Graduação em Produção Vegetal; 3) Câmpus de Arraias no curso de Graduação Educação do Campo; 4) Câmpus de Tocantinópolis no curso de Graduação de Educação do Campo; 5) Câmpus de Palmas nos cursos de Graduação em Pedagogia e Arquitetura e Urbanismo e Filosofia; 6) Câmpus de Miracema no curso de Graduação em Pedagogia; 7) Câmpus de Araguaína no curso de Graduação em Geografia.

Composição: 19 Docentes, 5 discentes, 3 Técnicos, 09 Docentes Colaboradores

Instituições parceiras: USP, IESA-UFG, UNIOESTE/PN, UNIFAP, UNESP-SEDUC PALMAS, SEDUC/ GO – IESA – UFT, SEDUC – TO, IESA-UFG, UNB, LABOTER-IESA-UFG.

4.3 Sustentabilidade

De uma forma simplificada a sustentabilidade pode ser definida como ações/atividades humanas que visam suprir as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Tem como pilar 3 elementos: Meio Ambiente, Impacto Social e Economia. Por isso, entende-se que para uma sociedade ou sistema ser sustentável deve-se incentivar a conservação do meio ambiente, o bem-estar social e o ganho econômico de modo que não coloque em risco os 2 primeiros elementos. Neste item serão descritas as características e ações associadas ao meio ambiente, visto que impacto social e economia estão abordados de forma transversal.

No Câmpus de Porto Nacional, a preservação do meio ambiente é questão premente. O Câmpus está localizado em uma área de cerrado *strictu sensu* e apresenta uma arborização voltada para a manutenção e inserção de espécies do cerrado. temos especial atenção na manutenção de áreas verdes dentro do Câmpus, visando a preservação ambiental e o conforto térmico da comunidade acadêmica. Todas as estruturas físicas implantadas são planejadas de forma a causar o mínimo impacto possível na área. Temos adotadas algumas ações neste sentido, como:

4.3.1 Energia elétrica:

i. instalados interruptores em todas as salas de aula para desligar aparelhos de ar-condicionado - visam evitar o desperdício de energia elétrica;

ii. placas voltaicas - o Câmpus possui uma usina de geração fotovoltaica com 92,4 kWp de potência instalada, que representa uma geração mensal de aproximadamente 11.088 kWh. Levantando a média de consumo dos últimos 12 meses das UC's localizadas em Porto Nacional, temos um total de 22.512,17 kWh. Logo, a usina tem uma geração mensal de aproximadamente 50,7% da energia consumida atualmente pelo Câmpus.

4.3.2 Água:

i. poço artesiano (com monitoramento de teste de qualidade da água).

ii. irrigação - com sistema alternativo de irrigação, que prevê a economia do recurso no período de seca.

Os principais desafios aqui elencados, relacionados ás ações em sustentabilidade, podem ser resumidos em:

i. Animais domésticos em profusão – como ação inicial, já foi estabelecida uma comissão institucional para tratar sobre o tema;

ii. Separação e descarte de material reciclável e/ou - como ação inicial, implantamos o descarte de pilhas para descarte apropriado, via parceria com associação de reciclagem;

iii. Descarte químico adequado;

iv. Irrigação adequada – com a ampliação do sistema de irrigação no campus e na UFT centro;

v. Manutenção do paisagismo sem agressão à natureza, visto que a cada poda realizada, as árvores sofrem com o corte. Contudo, muitas árvores estão próximas às instalações elétricas e edificações, causando danos às estruturas físicas.

5. PONTOS FORTES, DESAFIOS E RISCOS DO CAMPUS

Evidenciando o caráter participativo da elaboração deste documento, foi compartilhada após reunião de CONDIR uma planilha com as coordenações de curso para discussão nos colegiados dos desafios e pontos fortes do campus. Algumas coordenações fizeram a discussão em reuniões colegiadas e fizeram suas colaborações (cursos de História e Ciências Sociais). Os riscos foram analisados no âmbito da comissão de elaboração do PDC. Dessa forma, seguem abaixo os quadros elaborados no âmbito da Comissão de elaboração do PDC referentes a pontos fortes, desafios e riscos.

Quadro 20. Pontos fortes do Câmpus de Porto Nacional

	Quais os principais pontos forte do câmpus?	O que podemos fazer para potencializar os pontos fortes?	Qual desafio e objetivo estratégico está relacionado?
1	Oferta de 4 Programas de Pós-graduação *Strictu Sensu*	➢ Apoiar as ações dos Programas	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica Objetivos 1.1.; 1.3;1.6; 1.5; 1.8
2	Oferta de 5 Licenciaturas na graduação	➢ tornar o vestibular mais acessível a estes cursos; divulgar os cursos na cidade; promover maior diálogo entre os cursos, com o objetivo de ofertas comuns e integração	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica Objetivos 1.1.; 1.2; 1.4
3	Preocupação com a preservação ambiental na área do campus	➢ realizar estudo técnico para viabilizar melhorias na preservação ambiental na área interna do campus	
4	Corpo docente qualificado com a grande maioria de doutores	➢ apoiar a qualificação dos professores	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica
5	Corpo técnico qualificado	➢ apoiar a qualificação dos técnicos	Desafio 5 – Mecanismos de governança pública
6	Infraestrutura geral do campus	➢ realizar manutenção periódica nas dependências do campus	Desafio 5 – Mecanismos de governança pública
7	Infraestrutura laboratorial	➢ realizar manutenção periódica nas dependências do campus; fomentar aquisição de equipamentos; apoiar os laboratórios	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica
8	CEPEC - UFT CENTRO como centro de pesquisa e extensão	➢ integrar o espaço à cidade; tornar o espaço vivo e movimentado	Desafio 4. Reconhecimento social Objetivos 4.1; 4.2; 4.3
9	Característica extensionista do campus, com projetos de renome nacional	➢ apoiar os projetos desenvolvidos no âmbito do campus, com ações administrativas como apoio técnico no preenchimento de propostas	Desafio 4. Reconhecimento social Objetivos 4.1; 4.2; 4.3
10	Pesquisa científica de renome mundial	➢ apoiar os projetos desenvolvidos no âmbito do campus	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica Objetivos 1.1.; 1.3;1.6; 1.5; 1.8 Desafio 4 – Reconhecimento social; Desafio 3 – Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo Objetivo 3.4

11	Oferta de áreas diferentes (Biológicas, Humanas e linguísticas)	➢ estimular a integração entre as diferentes áreas	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica
12	Oferta de cursos EAD	➢ Ampliar e acompanhar a oferta; oferecer melhor estrutura para os cursos, inclusive de pessoal na secretaria acadêmica	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica Objetivo 1.7
13	Casa do Estudante interna no campus	➢ Acompanhar os processos internos da casa; realizar a manutenção periódica; desenvolver projetos culturais junto aos estudantes da casa; integrar os estudantes à vida universitária como um todo; promoção de atividades esportivas; promoção de atividades de acolhimento e saúde mental	Desafio 2 - Inclusão Social, Objetivos 2.1; 2.3; 2.4
14	Oferta do único curso de Letras Libras do Estado do Tocantins	➢ Apoiar as ações do curso	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica Desafio 2 - Inclusão Social, Objetivos 2.2
15	Núcleos de pesquisa atuantes	➢ Apoiar as ações dos núcleos	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica
16	Casa do Estudante externa	➢ Reforma de infraestrutura; projeto específico para a casa do estudante; ➢ acompanhar os processos seletivos	Desafio 2 - Inclusão Social, Objetivos 2.1; 2.3; 2.4
17	Grande quantidade de estudantes indígenas e quilombolas	➢ Permanência e acolhimento dos estudantes	Desafio 2 - Inclusão Social, Objetivos 2.1; 2.3; 2.4
18	Arborização	➢ Aproveitar as sombras das árvores para criar espaços de convivência (com mesas e bancos), iluminados, para que possam ser utilizados também no período noturno.	Desafio 5 – Mecanismos de governança pública
19	Acesso à internet	➢ Garantir a manutenção dos serviços	Desafio 2 - Inclusão Social, Objetivos 2.1; 2.3; 2.4
20	Acolhimento pelos servidores	➢ Desenvolver, com frequência, ações que valorizem o trabalho desenvolvido pelos servidores e prestadores de serviços de segurança e limpeza que atuam no campus	Desafio 2 - Inclusão Social

21	Infraestrutura para discentes: LABIN e Biblioteca	➢ fazer a manutenção e, no caso da biblioteca, concluir prédio novo e ampliar o acervo	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica
22	Infraestrutura para docentes: salas de permanência e salas de aula Bloco X	➢ manutenção e limpeza	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica
23	Restaurante Universitário	➢ Manutenção e melhoria dos serviços, com acompanhamento de qualidade e cumprimento de cláusulas contratuais; estabelecer canal direto de reclamações e sugestões.	Desafio 2 - Inclusão Social, Objetivos 2.1; 2.3; 2.4
24	Estruturas de acessibilidade	➢ Ampliar as estruturas no campus	Desafio 2 - Inclusão Social, Objetivos 2.2
25	Biblioteca	➢ Investir na estrutura física ➢ Ampliação e preservação do acervo	Desafio 1. Educação Inovadora com excelência acadêmica

Fonte: Comissão de elaboração do PDC

Quadro 21. Desafios do Câmpus de Porto Nacional

DESAFIOS – CPN			
	Quais os principais pontos fracos do câmpus?	**O que podemos fazer para resolver?**	**Qual desafio e objetivo estratégico está relacionado?**
1	COMUNICAÇÃO - comunicação externa (com a sociedade portuense)	➢ servidora da assessoria de comunicação atuar junto a comunidade ➢ buscar parceria com a rádio e com a televisão local para divulgação da UFT. ➢ utilizar a UFT centro para promover ações na comunidade ➢ distribuir material informativo na cidade (órgãos públicos). ➢ presença da assessoria de comunicação no CONDIR	Desafio 4 – Reconhecimento social
2	COMUNICAÇÃO - comunicação INTERNA EFICIENTE	➢ disponibilizar o COMUNICACAMPUS de forma impressa que fique disponível a todos da comunidade acadêmica ➢ melhoria de sites	Desafio 4 – Reconhecimento social
3	PÓS-GRADUAÇÃO - NÃO oferta de pós-latu sensu	➢ estimular oferta de cursos latu sensu através de apoio	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica

		para preenchimento de propostas	
4	INFRAESTRUTURA interna- parque tecnológico	➢ repor equipamentos antigos; falta de nobreaks e periféricos; falta de computadores em laboratórios de pesquisa e extensão.	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica Desafio 2 - Inclusão Social Desafio 3 – Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo
5	INFRAESTRUTURA - espaço físico para salas professores	➢ Providenciar salas para os professores que ainda não possuem sala de permanência	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
6	PEDAGÓGICO/PESSOAL - Esvaziamento do campus	➢ Promover ações que combatam o esvaziamento	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
7	INFRAESTRUTURA EXTERNA - iluminação publica	➢ estreitar as relações com a prefeitura municipal	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
8	INFRAESTRUTURA EXTERNA- Segurança publica	➢ estreitar as relações com a prefeitura municipal; ➢ acionar o poder público especialmente nos horários de saída dos estudantes a noite, e melhorar a iluminação ao redor do campus	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
9	INFRAESTRUTURA EXTERNA - transporte publico	➢ estreitar as relações com a prefeitura municipal e Ministério público	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
10	INFRAESTRUTURA EXTERNA -animais errantes	➢ Estabelecer comissão interna de cuidados animais; ➢ estreitar relações com associação de protetores e prefeitura municipal	
11	PEDAGÓGICAS - baixa quantidade de matrículas nos cursos	➢ oferta de novos cursos com o corpo docente e técnico existente	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
12	PEDAGÓGICAS - evasão	➢ acompanhar os dados de evasão junto aos cursos e mitigar	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
13	PEDAGÓGICAS - falta de diálogo entre os cursos	➢ oferta de componentes curriculares comuns	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
14	PEDAGÓGICAS – retenção	➢ oferta de componentes curriculares comuns - reuniões periódicas entre os NDEs	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica

15	PESSOAL - TÉCNICO DE TI	➢ priorizar a TI em concursos	Desafio 3 – Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo
16	PESSOAL -Analista de sistemas	➢ priorizar a TI em concursos	Desafio 3 – Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo
17	PESSOAL -falta de intérpretes de Libras	➢ concurso público	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica Desafio 2 - Inclusão Social
18	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL -controle efetivo do rendimento dos estudantes	➢ dar apoio a DIEST com a destinação de um servidor que seja responsável direto pelo acompanhamento	Desafio 2 - Inclusão Social
19	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - ações voltadas à saúde mental (efetivas)	➢ oferecer apoio através de ações conjuntas com os órgãos municipais	Desafio 2 - Inclusão Social
20	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL -local para esportes	➢ convênio com a prefeitura para que os estudantes usem o complexo olímpico (mas poderíamos ter uma quadra de vôlei de praia por exemplo)	Desafio 2 - Inclusão Social
21	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL -regimento interno da casa do estudante, que não tem claras regras de convivência.	➢ apoio aos estudantes para a elaboração do regimento interno	Desafio 2 - Inclusão Social
22	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – evasão (especialmente de estudantes indígenas e quilombolas)	➢ estabelecer ações de acolhimento, permanência e integralização de curso para os estudantes indígenas e quilombolas ➢	Desafio 2 - Inclusão Social
23	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – letramento digital	➢ Promover ações de letramento digital para os estudantes	Desafio 2 - Inclusão Social
24	ACESSIBILIDADE - assegurar na infraestrutura inteira	➢ contrato de manutenção predial deve contemplar as ações de acessibilidade - estudo técnico no campus	Desafio 2 - Inclusão Social

25	SUSTENTABILIDADE - uso da água no jardim	➢ realizar estudo técnico	Desafio 5 – Mecanismos de governança pública
26	SUSTENTABILIDADE - coleta seletiva efetivppga	➢ realizar contato com as cooperativas e organizar a coleta e destinação dos recicláveis	Desafio 5 – Mecanismos de governança pública
27	PEDAGÓGICAS - atividades internas de laboratórios e núcleos	➢ melhorar a divulgação das atividades internas de núcleos e laboratórios para as comunidades interna e externa da UFT, com vistas a valorizar os trabalhos desenvolvidos pela Universidade ➢ Manutenção dos laboratórios e equipamentos	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
28	PEDAGÓGICAS – acompanhamento pedagógico	➢ promover ações de acompanhamento pedagógico ➢ promover ações específicas de acompanhamento pedagógico para estudantes indígenas e quilombolas	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
29	PÓS-GRADUAÇÃO – cursos mal avaliados	➢ Apoiar as ações da pós-graduação	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
30	ADMINISTRATIVA – Organograma	➢ Reajustar o organograma de acordo com as atividades administrativas	Desafio 5 – Mecanismos de governança pública
31	ADMINISTRATIVA – regimento interno do CONDIR	➢ Rediscutir e propor mudanças no regimento do CONDIR	Desafio 5 – Mecanismos de governança pública
32	INFRAESTRUTURA – Falta de Auditório grande no campus	➢ Investimento em infraestrutrura	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
33	ACADEMICA - baixo relacionamento dos cursos de graduação com a DIEST	➢ Acompanhamento pedagógico	Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica
34	INFRAESTUTURA – Falta de Reprografias	➢ Investimento em infraestrutrura	Desafio 5 – Mecanismos de governança pública
35	INFRAESTUTURA Segurança dos laboratórios	➢ Investimento em infraestrutrura	Desafio 5 – Mecanismos de governança pública

Fonte: Comissão de elaboração do PDC

Quadro 22. Riscos do Câmpus de Porto Nacional

OBJETIVO ESTRATÉGICO	RISCOS ASSOCIADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	AÇÕES DE MITIGAÇÃO	AÇÃO DE REDUÇÃO DE DANOS
1.1 - Elevar o conceito institucional	Baixo envolvimento do corpo docente nas atividades acadêmicas e administrativas	Desenvolvimento de trabalho remoto durante o período da pandemia	Afastamento dos professores da instituição	Realizar reuniões abertas e temáticas (presenciais e on-line) com a comunidade acadêmica	Solicitar apoio da gestão superior para o desenvolvimento de ações necessárias para abordar o problema
		Transporte inadequado entre as cidades			
		Sala de permanência pouco estruturada	Dificuldades no desenvolvimento das atividades docentes		
		Impossibilidade de uso das salas de permanência por prazo indeterminado			
	Evasão	Falta de transporte público	Redução de alunos matrículados	Realização de ações que visem o acolhimento, a permanência e a integralização dos cursos	
		Vulnerabilidade social			
		Falta de segurança pública nos arredores do campus			
		Violência			
		Estrutura pública precária			
		Vigilância interna			

Fonte: Comissão de elaboração do PDC

Além do risco indicado na tabela verificou-se como riscos eminentes a pouca inserção do campus na comunidade, o baixo número de estudantes ingressantes nos cursos de graduação, a evasão e a retenção escolar e o baixo número de servidores técnico-administrativos.

Com relação à infraestrutura, no âmbito da comissão de elaboração do PDC e em conjunto com os representantes das categorias e colegiados em CONDIR, discutiu-se as seguintes prioridades:

1. Reforma telhado casa do estudante interna
2. Término do projeto casa do estudante (geladeiras, infraestrutura para a adequação as normas do corpo de bombeiros, cozinha coletiva)
3. Cobertura das passarelas
4. Reforma sala 17 Bloco 3, para receber 2 laboratórios (já destinados)
5. Reforma geral e reposição de mobiliário para a casa do estudante externa (em vias de aquisição do prédio)
6. Reforma do telhado do Bloco II
7. Manutenção em para-raios
8. Retirada da antena
9. Reforma sala coleção de ictiologia
10. Instalação de bicicletários
11. Mudança da entrada do campus, com instalação de ponto de ônibus em frente ao Bloco X
12. Colocação de porta sala de laboratório de turismo
13. Reforma almoxarifado químico
14. Troca das portas do campus, por portas de vidro (nos prédios que possuem aberturas para o espaço aberto do campus)
15. Modernização das bombas de água
16. Reforma na fossa
17. Reforma na sala de arquivo, Bloco II
18. Reforma na cerca do campus, com substituição de pilares antigos
19. Término da construção e mobiliário do prédio da biblioteca
20. Atualização de computadores
21. Compra de computadores para a UFT Centro
22. Cabeamento estruturado UFT Centro
23. Cabeamento estruturado casa do estudante
24. Cabeamento estruturado Bloco dos Professores
25. Reforma telhado bloco administrativo
26. Reforma caixa de água CEPEC
27. Mobiliário CEPEC
28. Firewall

ANEXO I

5.1 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional – Eixo 1

DIRETRIZES / AÇÕES	RESPONSÁVEIS	DISTRIBUIÇÃO NOS ANOS			
		2022	2023	2024	2025
EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL					
INDICADORES: Conceito institucional, Eficiência da CPA, Índice de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação, Índice de alcance da Reunião de Avaliação da Estratégia - R A E, Eficiência da divulgação do processo de autoavaliação.					
DIRETRIZ 1.1 – Demonstrar a evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional					
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					
1.1.5 - Definir calendário e promover a realização de reuniões para planejamento das UGs	➢ Direção de Câmpus ➢ Coordenações de Curso	X	X	X	X
DIRETRIZ 1.2 - Demonstrar a existência de processo de autoavaliação institucional					
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					
1.2.5 - Monitorar os indicadores de desempenho institucionais	➢ Direção de Câmpus ➢ Coordenações de curso ➢ CORDAC	X	X	X	X
DIRETRIZ 1.3 - Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica					
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					
1.3.1 - Promover eventos para discussão dos resultados das autoavaliações e avaliações externas	➢ CSA ➢ Direção de Câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 1.4 - Divulgar as análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas para a comunidade acadêmica					
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					
1.4.1 - Realizar divulgação dos cursos, projetos e ações de extensão que beneficiaram a comunidade interna e externa em locais e eventos públicos e por áreas de conhecimento	➢ Assessoria de Comunicação	X	X	X	X
1.4.4 - Demonstrar os resultados práticos advindos da avaliação institucional e externa - CPA por meio de totens, matérias no portal, envio de e- mails institucionais e utilização de linguagem clara e acessível a todos os servidores	➢ CSA ➢ Assessoria de Comunicação	X	X	X	X

DIRETRIZ 1.5 - Elaboração dos relatórios de autoavaliação					
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					
1.5.2 - Promover a participação das CSAs nas reuniões dos conselhos diretores	➢ CSA ➢ Direção de Câmpus	X	X	X	X
1.5.4 - Divulgar as orientações para os novos membros da CPA	➢ CSA ➢ Direção de Câmpus	X	X	X	X

5.2 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional - Eixo 2

DIRETRIZES / AÇÕES	RESPONSÁVEIS	DISTRIBUIÇÃO NOS ANOS			
		2022	2023	2024	2025
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL					
INDICADORES: Cumprimento das recomendações da Audin, Cumprimento das recomendações da CGU, Cumprimento das recomendações do TCU, Cumprimento das diretrizes do PDI, Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, Ações articuladas com outras ICTs, empresas privadas e poder público, % de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos, Índice de alunos por curso à distância, Relação Curso e Polo implantado.					
DIRETRIZ 2.1 - Desenvolver missão, objetivos, metas e valores institucionais					
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					
2.1.5 - Atender as recomendações dos órgãos de controle	➢ Todos os setores adms. do Câmpus	X	X	X	X
2.1.8 - Divulgar a missão, visão e valores institucionais visando o fortalecimento da Identidade da UFT	➢ Assessoria de Comunicação	X	X	X	X
2.1.9 - Executar o plano diretor nos Câmpus	➢ PU ➢ COPLAD ➢ Direção de Câmpus	X	X	X	X
2.1.13 - Elaborar e monitorar o Plano de Desenvolvimento do Câmpus - PDC	➢ COPLAD ➢ Direção de Câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.2 - Integrar o PDI ao planejamento didático-instrucional e à política de ensino de graduação e de pós-graduação					
ODS: 1 - Erradicação da Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade 5 - Igualdade de Gênero, 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Sustentáveis 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					
2.2.9 - Realizar trabalhos de cursos de pós-graduação em parceria com cursos de graduação	➢ PROPESQ ➢ PROGRAD ➢ PPGS	X	X	X	X
2.2.20 - Criar atividades para ofertas interdisciplinares ou de componentes comuns e unificar as ementas comuns entre os cursos de Pós-graduação	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
2.2.21- Consolidar e ampliar a Feira UNITEC em parceria com o SEBRAE para a transferência de tecnologias desenvolvidas pela UFT para a empreendedores e investidores	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X

2.2.22 - Realizar Feiras de tecnologia junto à Comunidade para apresentar os produtos gerados pela UFT.	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
2.2.25 - Elaborar protocolos institucionais e orientações didático-pedagógicas para o atendimento de pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas na UFT.	➢ PROGRAD ➢ PROEST ➢ PROPESQ ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
2.2.26 - Definir nos PPCs as estratégias de integração da graduação e pós-graduação.	➢ Coordenações de curso ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.3 - PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural					
ODS: 1 - Erradicação da Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade 5 - Igualdade de Gênero, 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação. .					
2.3.4 - Divulgar os editais de intercâmbio (Ciências Sem Fronteira, Erasmus Mundus etc.) em mídias oficiais e redes sociais	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
2.3.7 - Garantir a ampliação da quantidade de laboratórios prestadores de serviços	➢ PROPESQ ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
2.3.8 - Utilizar as mídias sociais da universidade para divulgar externamente a capacidade técnica dos laboratórios	➢ SUCOM ➢ PPGS	X	X	X	X
2.3.20 - Formar lideranças e gestores para o desenvolvimento local	➢ PROPESQ ➢ PPGS	X	X	X	X
2.3.21 - Criar e promover o seminário institucional de inovação tecnológica.	➢ PROPESQ ➢ Coordenação do PROFNIT ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
2.3.28 - Estimular a criação de Grupos de Pesquisa e Núcleos de Pesquisa não atípicos que apresentem inserção e impacto social no estado e no país.	➢ PROPESQ ➢ PPGS	X	X	X	X
2.3.33 - Apoiar a criação do Comitê de Ética em Pesquisa nos Câmpus	➢ PROPESQ ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
2.3.34 - Promover editais que propiciem a formação técnico-científica-cultural discente e docente, promovendo ações interdisciplinares entre os campi da instituição.	➢ PROPESQ ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X

2.3.40- Estimular a participação de estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas da UFT em eventos científicos e acadêmicos, programas e projetos	➢ PROGRAD ➢ PROPESQ ➢ PROEX ➢ PROEST ➢ Coordenações de cursos	X	X	X	X
2.3.42 - Fortalecer o Programa de pós-graduação em propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a inovação - PROFNIT na UFT	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.4 - PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial					
ODS: 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 4 - Educação de Qualidade, ODS 5 - Igualdade de Gênero e ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis					
2.4.1 - Implantar e desenvolver o projeto Diálogo de Saberes	➢ PROEX ➢ PROGRAD ➢ PROEST ➢ PROPESQ ➢ Coordenações de cursos	X	X	X	X
2.4.2 - Implantar e desenvolver políticas institucionais de Ações Afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial na UFT.	➢ PROEX ➢ PROGRAD ➢ PROEST ➢ Coordenações de curso	X	X	X	X
2.4.3 - Implantar e desenvolver políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da UFT.	➢ PROEX ➢ Coordenações de curso	X	X	X	X
2.4.4 - Criar espaços de convivência dentro dos Câmpus para os estudantes indígenas, quilombolas e ribeirinhos.	➢ PROEX ➢ PROEST ➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.5 - PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social					
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					

2.5.12 - Promover ações que contemplem aspectos de acessibilidade, inclusão, segurança, gestão ambiental, mobiliário e equipamentos para a comunidade interna e externa	➢ PROEX ➢ PROPESQ ➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
2.5.13 - Implementar núcleos de pesquisas avançadas intercampi em áreas de excelência ou de relevância para a UFT	➢ PROPESQ ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
2.5.14- Desenvolver projeto de ampliação da atuação dos PPGs junto ao PADU e as escolas de ensino básico a fim de criar um portfólio de demandas.	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS ➢ PROEX	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.6 - PDI e política institucional para a modalidade EAD					
ODS: 4 - Educação de Qualidade e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes					
2.6.4 - Reformular os PPCs dos cursos de graduação presencial adequando à abordagem de educação online	➢ DTE ➢ PROGRAD ➢ Coordenações de curso	X	X	X	X
DIRETRIZ 2.7 - Estudo para implantação de polos EAD					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
	➢				

5.3 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional – Eixo 3

DIRETRIZES / AÇÕES	RESPONSÁVEIS	DISTRIBUIÇÃO NOS ANOS			
		2022	2023	2024	2025
EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS					
INDICADORES: Taxa de Sucesso da Graduação - TSG, Cursos com PPC atualizado conforme diretrizes do PPI, Cursos híbridos implementados, Índice de trabalhos apresentados, Recurso destinado à produção discente, Proporção de estudantes de graduação envolvidos com extensão, Índice Geral de Cursos - IGC, Taxa de Evasão, Taxa de Retenção, Grau de envolvimento discente com pós- graduação, Conceito Capes, Alcance da EdUFT na sociedade, Alcance da comunicação da UFT, Índice de alunos por curso presencial, Taxa de docentes envolvidos com pesquisa, Taxa de discentes envolvidos com pesquisa, Grau de Envolvimento Discente com a Pós–Graduação *Stricto sensu* - GEPG, Alcance dos eventos de iniciação científica, pesquisa e inovação, Índice de produtividade da extensão, Alcance dos Egressos, Índice de satisfação quanto à assistência estudantil, Percentual de vulnerabilidade socioeconômica dos alunos atendidos pela assistência estudantil, Vulnerabilidade socioeconômica dos alunos da UFT, % cursos internacionalizados,% acessibilidade física, % acessibilidade digital no *site* da UFT, Índice de respostas da Ouvidoria dentro do prazo, Qualidade das respostas da Ouvidoria dentro do prazo					
DIRETRIZ 3.1 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação					
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 10 - Redução das Desigualdades e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes					
3.1.4 - Revisar o regimento das secretarias acadêmicas, adequando também sua atuação para os cursos EAD em funcionamento	➢ DTE ➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.1.7 Implantar e acompanhar o Plano Individual de Trabalho (PIT) e Relatório Individual de Trabalho (RIT)	➢ PROGRAD ➢ Coordenações de cursos	X	X	X	X
3.1.9 - Atualizar os PPCs de acordo com o novo PPI e os parâmetros do MEC	➢ PROGRAD ➢ Coordenações de cursos	X	X	X	X
3.1.14 - Otimizar a oferta de componentes curriculares para a integração de cursos, áreas de conhecimento e fortalecer as redes formativas.	➢ PROGRAD ➢ Coordenações de cursos ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.1.16 - Acompanhar a atuação dos NDE´s dos cursos de graduação e comissões coordenadoras dos programas de pós-graduação	➢ PROGRAD ➢ Coordenações de cursos	X	X	X	X
3.1.17 - Compor comissão nos Câmpus para realizar estudos de expansão e reestruturação de cursos de graduação e programas de pós-graduação na UFT	➢ PROGRAD ➢ PROPESQ ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.1.20 - Acompanhar as informações do Painel de Indicadores para sanar deficiência de alto índice de reprovação e evasão	➢ PROGRAD ➢ Coordenações de cursos	X	X	X	X

	➢ Todos os câmpus				
3.1.26 - Promover Capacitações técnicas com os Coordenadores de Curso, Secretários Acadêmicos e Secretários das Coordenações da graduação	➢ PROGRAD ➢ PROGEDEP ➢ TODOS OS CÂMPUS	X	X	X	X
3.1.30 - Supervisionar as atividades de ensino de forma que os docentes cumpram os limites de carga horária de ensino definidos	➢ PROGRAD ➢ Coordenações de cursos ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.2 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu*					
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					
	➢				
DIRETRIZ 3.3 - Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*					
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					
3.3.5 - Criar plano estratégico de desenvolvimento dos programas de pós-graduação e da PROPESQ	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
3.3.7 - Realizar o Fórum de Coordenadores de programas de pós-graduação	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
3.3.8- Aperfeiçoar o Programa de Acompanhamento dos programas de pós-graduação	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
3.3.10 - Fomentar a Política de Restituição Institucional a fim de permitir a destinação de verba para pesquisa advinda de cursos de mestrado/doutorado profissionais realizados em parceria com outras instituições públicas e privadas por meio de convênio/contrato.	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
3.3.13 - Criar secretarias unificadas das pós-graduações	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
3.3.17 - Promover a ampliação das notas dos programas de pós-graduação *stricto sensu*	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.4 - Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural					

ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					
3.4.12 - Promover a construção do Centro Cultural da UFT nos diferentes Câmpus da UFT	➢ PROEX ➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.5 - Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão					
ODS:4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero, 12 - Consumo e Produção Responsáveis, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					
3.5.2 - Desenvolver o projeto "UM DIA NO CÂMPUS";	➢ SUCOM ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.5.3 - Organizar a FEIRA DAS PROFISSÕES nos Câmpus;	➢ SUCOM ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.5.7 - Implantar e consolidar a inserção da extensão nos currículos em todos os cursos de graduação e pós-graduação da UFT	➢ PROEX ➢ PROGRAD ➢ PROPESQ ➢ Coordenações de curso ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.6 - Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica					
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Responsáveis, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					
	➢				
DIRETRIZ - 3.7. - Dimensionar ações relacionadas à política de acompanhamento dos egressos					
ODS: 4 - Educação de Qualidade e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes					
3.7.1 - Realizar o acompanhamento dos egressos	➢ DTE ➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus ➢ Coordenações dos cursos	X	X	X	X
3.7.3 - Promover eventos com egressos.	➢ DTE ➢ PROGRAD ➢ SUCOM ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X

3.7.5 - Reformular e divulgar a política de acompanhamento dos egressos em parceria com os cursos de graduação	➢ PROGRAD ➢ Coordenações de curso	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.8 - Política institucional para internacionalização					
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Responsáveis, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					
3.8.2 - Ampliar a atuação do RELINTER por Câmpus	➢ PROPESQ (RELINTER) ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.8.5 - Realizar eventos internacionais *on-line* e/ou presenciais	➢ PROPESQ (RELINTER) ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.8.16 - Implantar as Coordenações/Comitês de Internacionalização nos Câmpus da UFT	➢ PROPESQ (RELINTER) ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.8.19 - Promover a atuação do Centro de Idiomas (virtual ou presencial) em todos os Câmpus	➢ PROPESQ (RELINTER) ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.8.30 - Ofertar disciplinas em língua estrangeira nos programas de pós-graduação	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos PPGS	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.9 - Comunicação da IES com a comunidade externa					
ODS: 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					
3.9.2 - Participar dos principais eventos do Tocantins com estande subsidiado pela SUCOM	➢ SUCOM ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.10 - Comunicação da IES com a comunidade interna					
ODS: 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 12 - Consumo e Produção Responsáveis e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					
	➢				
DIRETRIZ 3.11 - Política de atendimento aos discentes					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
3.11.4 - Promover ações de melhoria de qualidade de vida dos discentes	➢ PROEST ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.11.10 – Acolher estudantes indígenas e quilombolas ingressantes na universidade	➢ PROEST ➢ PROGRAD ➢ PROPESQ ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.11.11 - Acolher estudantes ingressantes na universidade no Programa de Integração do Discente Ingressante	➢ PROEST ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X

3.11.16 - Realizar encontros com setores responsáveis pela assistência estudantil dos Câmpus	➢ PROEST ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.11.26 - Realizar análise socioeconômica dos estudantes na universidade	➢ PROEST ➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.11.30 - Atualizar a política de acompanhamento dos estágios obrigatórios e não obrigatórios	➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus ➢ Coordenações dos cursos	X	X	X	X
DIRETRIZ 3.12 - Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)					
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza, 3 - Saúde e Bem-Estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10 - Redução das Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Consumo e Produção Responsáveis, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					
3.12.3 - Fomentar a realização de eventos nacionais e regionais nos Campi da universidade	➢ PROPESQ ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
3.12.13 - Realizar eventos acadêmicos e estimular a participação de docentes, estudantes, técnicos administrativos, egressos e comunidade externa.	➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus ➢ Coordenações de cursos	X	X	X	X
3.12.14 – Elaborar eventos multi-campi de promoção das Pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*	➢ PROPESQ ➢ Coordenações dos ppgs ➢ Especializações ➢ Residências ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X

5.4 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional – Eixo 4

DIRETRIZES / AÇÕES	RESPONSÁVEIS	DISTRIBUIÇÃO NOS ANOS			
		2022	2023	2024	2025
EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO					
INDICADORES: Índice de qualificação do corpo docente - IQCD, Índice de qualificação do corpo técnico administrativo - IQCTA, Capacitação da Audin, Benefícios financeiros das recomendações da Audin, Percentual de recursos destinados a Programas Internos da UFT, Índice de afastamento de docentes por questão de saúde, Índice de afastamento de técnicos administrativos por questão de saúde, Alcance das capacitações da UFT, Índice de atendimento do PLS, Índice de participação das UGs no orçamento, Porcentagem de investimento em TI, % de investimento em contratos continuados.					
DIRETRIZ 4.1 - Titulação do corpo docente					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
	➢				
DIRETRIZ 4.2 - Política de capacitação docente e formação continuada					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
4.2.1 - Realizar oferta de cursos na área Educação/Docência no âmbito do PROFOR e Programa Servidor Multiplicador	➢ PROGEDEP ➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.2.2 - Realizar a pesquisa de demanda para cursos de formação continuada docente articulando com o PDI	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.2.4 - Realizar planejamento orçamentário para destinação específica para capacitação e formação continuada docente	➢ PROGEDEP ➢ PROAP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.2.9 - Realizar oferta de cursos na área Inovação, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo no âmbito do PROFOR e Programa Servidor Multiplicador	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.2.10 - Ampliar a modalidade de oferta dos cursos de capacitação e formação continuada, para *on-line* e híbrida.	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.2.11 - Ofertar capacitação específica aos docentes da alta gestão com foco na governança institucional	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.2.12 - Ofertar capacitação aos docentes voltada à gestão de riscos com foco no gerenciamento dos riscos estratégicos da instituição	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.2.13 - Realizar oferta de cursos na área de Docência/Tecnologias Educacionais no âmbito do PROFOR e Programa Servidor Multiplicador	➢ PROGEDEP ➢ PROGRAD	X	X	X	X

	➢ Todos os câmpus ➢ DTE				
DIRETRIZ 4.3 - Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
4.3.1 - Efetivar a criação da escola de capacitação aos técnicos administrativos	➢ PROGEDEP ➢ PROAD ➢ PROAP ➢ PU ➢ Todo s os câmpus	X	X	X	X
4.3.2 - Realizar a pesquisa de demanda para cursos de formação continuada para os técnicos administrativos articulando com o PDI.	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.3.3 - Estabelecer o planejamento anual de capacitação a partir das necessidades levantadas na avaliação de desempenho	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.3.4 - Priorizar a oferta de cursos que atendam demandas específicas dos setores da universidade Baseado nas suas competências	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.3.5 – Ofertar cursos específicos em acessibilidade física e digital aos servidores das áreas de comunicação e infraestrutura	➢ PROGEDEP ➢ SUCOM ➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.3.10 - Realizar oferta de cursos na área Inovação, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo aos técnicos administrativos no âmbito do PROFOR e Programa Servidor Multiplicador;	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.3.11 - Fortalecer a execução do plano de capacitação observando as especificidades de cada área (PDP);	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.3.12 - Ofertar capacitação específica aos técnicos da alta gestão com foco na governança institucional	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.3.16 – Ofertar capacitação aos técnicos administrativos voltada à gestão de riscos com foco no gerenciamento dos riscos estratégicos da instituição	➢ PROGEDEP ➢ PROAP ➢ AUDIN ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 4.4 - Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e à distância					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
	➢				

DIRETRIZ 4.5 - Processos de gestão institucional					
ODS:3 - Saúde e Bem-Estar, 5 - Igualdade de Gênero e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					
4.5.5 - Realizar o levantamento dos riscos e definição dos controles internos das unidades conforme normativo existente	➢ Todas as UGS	X	X	X	X
4.5.9 - Realizar o mapeamento de processos com desenho dos fluxos das Unidades conforme normativo existente	➢ Todas as UGS	X	X	X	X
4.5.10 - Realizar redesenho conforme instrução normativa dos processos de trabalho das Unidades	➢ Todas as UGS	X	X	X	X
4.5.25 - Manter a gestão administrativa dos Câmpus e reitoria	➢ Todas as UGS	X	X	X	X
4.5.32 - Estabelecer controles para efetivar as ações de mitigação propostas	➢ Todas as UGS	X	X	X	X
4.5.33 - Elaborar manual das unidades com definição das atribuições, competências e procedimentos de rotina	➢ Todas as UGS	X	X	X	X
4.5.39 - Executar o Plano Diretor da UFT	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.5.52 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, a realização de leilão dos bens de todos os Câmpus	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.5.54 - Elaborar, de forma integrada e participativa, calendário anual de ações do patrimônio na universidade.	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.5.60 – Promover o acompanhamento, conforme as competências definidas, do Sistema Eletrônico de Informações – SEI	➢ Todas as UGS	X	X	X	X
DIRETRIZ 4.6 - Sistema de controle de produção e distribuição de material didático					
ODS: 4 - Educação de Qualidade e 10 - Redução das Desigualdades					
	➢				
	➢				
DIRETRIZ 4.7 - Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional					
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. e 17 - Parceiras e Meios de Implementação.					
4.7.2 - Definir e destinar recursos para a mitigação dos riscos definidos no PDI e nas ações de auditoria	➢ Todas as UGS	X	X	X	X
4.7.3 - Definir e implantar soluções que viabilizem a redução das despesas de manutenção da Universidade	➢ Todas as UGS	X	X	X	X
DIRETRIZ 4.8 - Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna					
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. e 17 - Parceiras e Meios de Implementação.					
	➢				

	➢				
DIRETRIZ 4.9 - Política de valorização e desenvolvimento de servidores					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
4.9.3 - Ofertar oficinas voltadas à gestão de conflitos e relacionamento interpessoal	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.9.12 – Realizar atualização cadastral dos servidores	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.9.18 - Oferecer capacitação aos servidores quanto aos aspectos de sustentabilidade e acessibilidade	➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.9.22 - Desenvolver a promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores	➢ PROGEDEP ➢ SUCOM ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
4.9.23 - Desenvolver o programa de acolhimento e acompanhamento dos servidores	➢ PROGEDEP ➢ SUCOM ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X

5.5 Detalhamento das Ações do Campus de Porto Nacional – Eixo 5

DIRETRIZES / AÇÕES	RESPONSÁVEIS	DISTRIBUIÇÃO NOS ANOS			
		2022	2023	2024	2025
EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA					
INDICADORES: Salas de aula adaptadas ao ensino remoto, % acessibilidade física, % acessibilidade digital no *site* da UFT					
DIRETRIZ 5.1 - Instalações administrativas					
ODS:3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade					
5.1.3 - Adequar as instalações administrativas, considerando às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	➢ PU ➢ STI ➢ DIGED ➢ PROAD ➢ PROGRAD ➢ PROPESQ ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.4 - Sala de Professores					
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade					
5.4.1 - Criar normativas de distribuição, ampliação, monitoramento e uso de salas de professores	➢ DTE ➢ PROGRAD ➢ Todas as direções dos câmpus	X	X	X	X
5.4.2 - Capacitar usuários das salas dos professores para utilização de equipamentos e recursos interativos.	➢ DTE ➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus ➢ PROGEDEP	X	X	X	X
5.4.3 - Modernizar as instalações de salas de professores a fim de garantir estrutura tecnológica para planejamento de aulas interativas	➢ PU ➢ STI ➢ PROAD (PATRIMÔNIO) ➢ DTE ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.5 - Espaços para atendimento aos discentes					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					

5.5.1 - Modernizar as instalações dos espaços para atendimento aos discentes adequando às novas necessidades e modelos de atendimento aos alunos (virtual/remoto)	➢ PU ➢ STI ➢ PROAD (PATRIMÔNIO) ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.5.3 - Fomentar e expandir os Setores de Atendimento Estudantil nos Câmpus	➢ PROEST ➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.6 - Espaços de convivência e alimentação					
ODS:3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade					
5.6.3 – Implantar espaços de convivência adequados às normas de acessibilidade nos Câmpus	➢ PROEST ➢ Prefeitura ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.6.8 -Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, a manutenção nos espaços de convivência (RU, casa do estudante, casa do estudante indígena)	➢ PROEST ➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.6.9 - Cooperar, conforme as competências institucionais definidas, com as ações que viabilizem a manutenção, ampliação e melhoria do espaço interno, entorno (vivência) do Restaurante Universitário	➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.6.10 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, as atividades que visem às aquisições de equipamentos e utensílios para os espaços de convivência da UFT (RU, Casa do Estudante, Casa do Estudante Indígena)	➢ PROEST ➢ PU ➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.7 - Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física					
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade					
5.7.1 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção especializada, preventiva e corretiva em equipamentos de laboratórios	➢ PU ➢ PROAD (PATRIMONIO) ➢ Câmpus de Palmas ➢ Câmpus de Gurupi ➢ Câmpus de Porto Nacional	X	X	X	X
5.7.5 - Reformar laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, conforme necessidade.	➢ PU ➢ PROPESQ ➢ PROGEDEP ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X

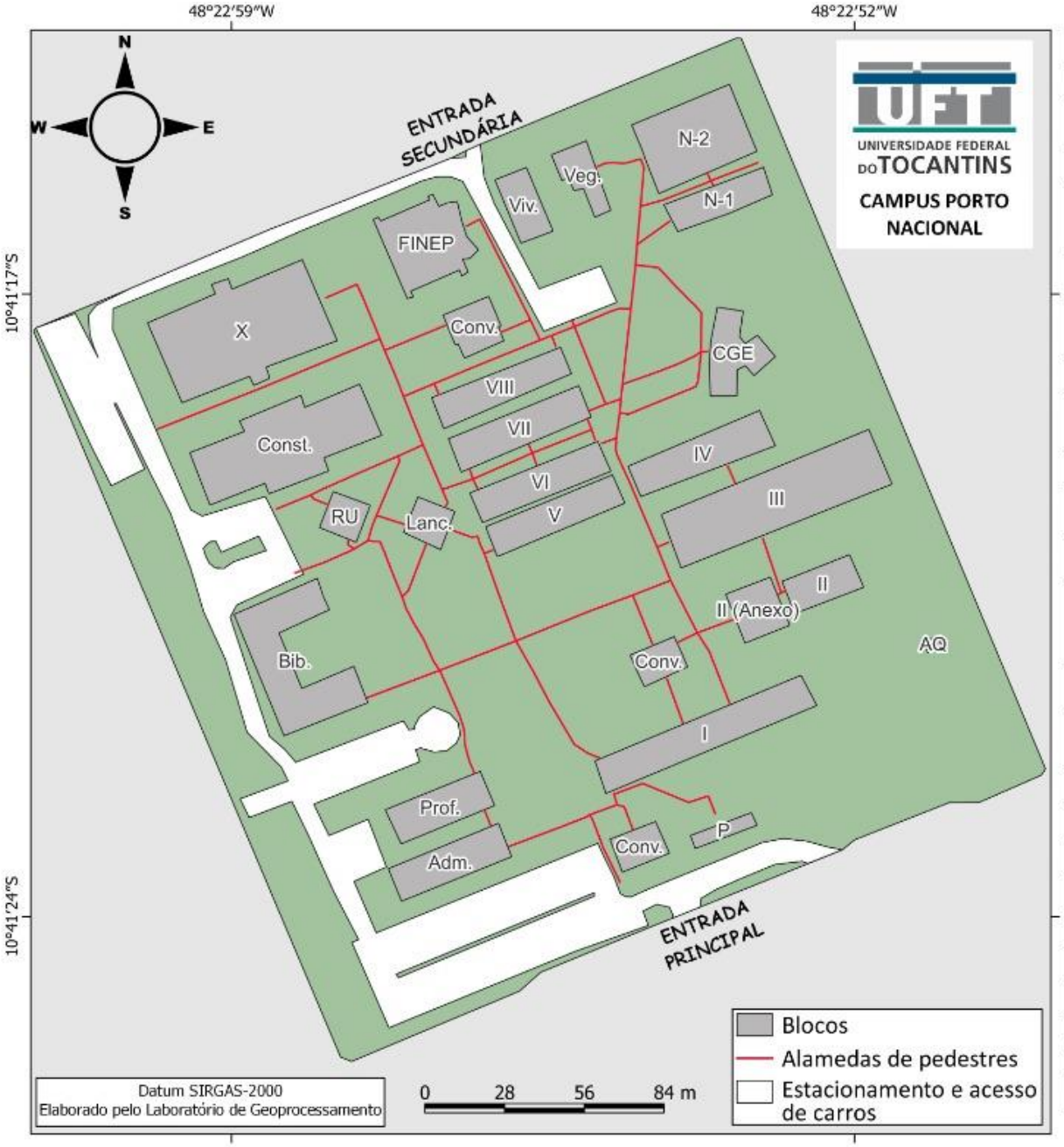
5.7.8 - Viabilizar, de acordo com as competências institucionais definidas, as atividades que visem às aquisições de material de consumo para laboratórios (vidraria, reagentes, medicamentos, EPIs etc.)	➢ Câmpus de Palmas ➢ Câmpus de Gurupi ➢ Câmpus de Porto Nacional	X	X	X	X
5.7.9 - Cooperar, conforme as competências institucionais definidas, com as ações que viabilizem as manutenções de equipamentos de laboratórios de maneira a contribuir com a qualidade das atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão	➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.7.10 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, as atividades que visem às de equipamentos para os centros de pesquisas e laboratórios	➢ PROAD ➢ PROPESQ ➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.8 - Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
	➢				
DIRETRIZ 5.9 - Bibliotecas: infraestrutura					
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade					
5.9.1 - Readequar a estrutura das bibliotecas nos Câmpus para que se tornem referência em atendimento educacional	➢ PROGRAD ➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.9.2 - Reestruturar as bibliotecas a fim de que se tornem referência em acessibilidade e inclusão cultural	➢ PROAD ➢ PROEX ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.9.3 - Readequar o mobiliário das bibliotecas aos aspectos de acessibilidade	➢ PU ➢ PROGRAD ➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.9.6 – Fortalecer as ações do Serviço de Acessibilidade Informacional das bibliotecas junto aos cursos de graduação para o uso de tecnologias assistivas e de inovação tecnológica	➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.10 - Bibliotecas: Plano de atualização dos acervos					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
5.10.1 Atualizar o Regimento Geral do Sistema de Bibliotecas da UFT e normatizando o seu funcionamento com o reconhecimento de sua	➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X

autonomia na gestão das bibliotecas e dos acervos sempre baseados na competência e boas práticas					
5.10.3 - Criar melhores condições para a permanência do usuário das bibliotecas, proporcionando novos espaços para aprender, pesquisar e fazer uso das tecnologias da informação e comunicação, como *makerspaces*, atividades culturais etc.	➢ PROGRAD ➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.10.7 - Acompanhar as tendências e inovações no tratamento da informação	➢ PROGRAD ➢ Todos os câmpus ➢ STI	X	X	X	X
5.10.9 - Ampliar e divulgar os serviços de atendimento remoto nas bibliotecas (referência virtual e chat)	➢ PROGRAD ➢ STI ➢ Todos os câmpus ➢ SUCOM	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.11 - Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					
5.11.1 - Manter o funcionamento dos laboratórios de informática de uso geral e específico, atualizando os equipamentos, softwares e espaço físico	➢ STI ➢ Direções de câmpus	X	X	X	X
5.11.2 - Elaborar o plano de manutenção e atualização dos equipamentos dos laboratórios de informática	➢ STI ➢ PU ➢ Direções de câmpus	X	X	X	X
5.11.3 - Adequar as instalações e os equipamentos dos laboratórios de informática aos padrões de acessibilidade	➢ STI ➢ PU ➢ Direções de câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.12 - Instalações Sanitárias					
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar e 4 - Educação de Qualidade					
5.12.1 - Instalar banheiros familiares e/ou adaptar fraldários nos banheiros existentes	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
DIRETRIZ 5.14 - Infraestrutura tecnológica					
ODS: 4 - Educação de Qualidade e 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura					
	➢				
DIRETRIZ 5.15 Infraestrutura de execução e suporte					
ODS: 4 - Educação de Qualidade					

5.15.1 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos serviços de malotes e postagens entre os Câmpus da UFT	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.3 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a aquisição de material didático e apoio para aulas de campo.	➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.4 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos serviços de processamento de documentos	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.5 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção de mecânica para veículos oficiais e cedidos	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.7 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção do fornecimento de combustível para veículos oficiais e cedidos nos Câmpus da UFT	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.10 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a prestação de serviço de fretamento turístico eventual aos Câmpus da UFT	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.11 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, serviço de mudança e transferência em geral de bens móveis, como mobiliário, bagagens, veículos automotores (ligados a mudanças) e demais objetos de propriedade e interesse da UFT.	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.15 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção do serviço de coleta continuada, tratamento e eliminação do lixo hospital/resíduos perigosos nos Câmpus da UFT	➢ PU ➢ Câmpus de palmas ➢ Câmpus de gurupi ➢ Câmpus de miracema ➢ Câmpus de porto nacional	X	X	X	X
5.15.16 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas o Serviço Continuado de Vigilância Físico-Patrimonial e Humana	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.17 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas o Serviço Continuado de Jardinagem e Paisagismo com fornecimento de materiais	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.18 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas o fornecimento de Energia Elétrica para os Câmpus UFT E Reitoria	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X

5.15.19 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos Serviços de Vigilância Eletrônica dos Câmpus e Reitoria	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.20 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas o gerenciamento de Resíduos na UFT	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.21 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos Serviços de Dedetização nos Câmpus e reitoria	➢ PROAD ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.22 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos Serviço de Confecção e Manutenção de Carimbos	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.24 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção dos serviços de telefonia fixa e móvel	➢ STI ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.27 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção preventiva e Corretiva de ar-condicionado e bebedouros.	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.28 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção preventiva e Corretiva em equipamentos prediais - Elevadores e Plataformas de Elevação	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.29 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção predial	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.30 - Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas a manutenção preventiva e recarga de extintores de incêndio	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
5.15.36 - Providenciar o habite-se de todos os prédios dos Câmpus da universidade	➢ PU ➢ Todos os câmpus	X	X	X	X
	➢				

ANEXO II – MAPA DO CÂMPUS DE PORTO NACIONAL



Bloco	Usos
I	Casa do Estudante. Diretório Acadêmico. Sala de Vigiantes. Depósito. Lavanderia.
II	Coordenação de Infraestrutura (Prefeitura Universitária). Arquivo. Sala dos Terceirizados. Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). PET indígena. UAB.
II (Anexo)	Laboratórios - Química, Zoologia, Física. CECAP.
III	Sala de Professores (RI, Libras, História, Letras, Ciências Sociais). Auditório I. Laboratórios - GEOSACRO, LABGEOTUR, LABUTO, LEGEO, FISIOLOGIA, LAPECS, LAERI, LAPHIS, LIFE, LEART, Fisiologia. Coleção de Entomologia. Almoxarifado (Terceirizados).
IV	Laboratórios - LABGEOP, de Letras, de Documentação Histórica, Esteromicroscopia, Microscopia. Copa dos Servidores Terceirizados.
V	Laboratórios - Entomologia, Paleobiologia, Genética e Bioquímica, Microbiologia, Fitoquímica. Salas de Professores (Biologia).
VI	Laboratórios - LEGET, LGA, LASOBIO, LAM, Química II.
VII	Secretarias de pós graduação em Geografia (PPGG), em Biodiversidade, Ecologia e Conservação (PPGBec), em Letras (PPGLetras). Núcleos: NURRA, NEMAD, NEUCIDADES, NEAB, NEDIG, NEAI, NIEL, NEI.
VIII	Laboratórios - Multimídia I e II, Produção Visual I e II, Didático Pedagógico.
X	Salas de aula. Espaço Lúdico Pedagógico. Salas de Cartografia. Sala de Webconferência. Sala de Manutenção de Placas Solares. Salas de Apoio/Limpeza. Depósito.
N-1	Salas de Professores. Arquivos (Biologia). Sala de Estudos, de Aulas e Mini Auditórios. Apartamentos para Pesquisadores Externos.
N-2	Laboratórios - de Ictiologia Sistemática, de Alimentação de Peixes. de Ictiologia, Ictioplancton, Micropropagação, Taxonomia Vegetal, de Preparo e Conservação de Sementes. Museu de Ictiologia. Sala de Secagem de Material Botânico. Herbário. Depósito de Vidrarias. Sala de Professores. Arquivo.
Adm.	Administrativo: Dir. de Campus, Secr. CONDIR, Transportes, Gestão de Pessoas, Planejamento, Comissão de Avaliação, Compras/Patrimônio, Almoxarifado, Secretaria Acadêmica.
CGE	Coordenações de Curso. Laboratório de Informática . Sala de Estudantes do PPGG. Copa. Secretaria de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam). Atendimento a Discentes (pedagógico, psicológico, etc.). CECLLA. Reprografia Administrativa.
Prof.	Salas de Professores (Biologia, Letras, Geografia e História). Sesduft.
FINEP	Laboratórios Multiuso. Sala de Reuniões. Auditório II.
Bib.	Biblioteca
RU	Restaurante Universitário
Veg.	Casa da Vegetação
Viv.	Viveiro
Lanc.	Lanchonete
Conv.	Centro de Convivência
P	Ponto de Ônibus
AQ	Almoxarifado Químico